



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



VINÍCIUS MELO LIMA

**O Renascimento do Dragão:
o impacto da China como superpotência no século XXI.**

Niterói

2022

VINÍCIUS MELO LIMA

O renascimento do dragão: China como potência no século XXI.

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção de título de MBA em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye

Niterói
2022

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações
Internacionais
(Monografia)**

Título do Trabalho: O renascimento do dragão: China como potência no
século XXI.

Aluno: Vinícius Melo Lima

Avaliadores

Avaliador 1: Prof. Dr. Thomas Heye

Avaliador 2: Prof. Dr. (Leitor)

Notas dos avaliadores	
Nota 1	
Nota 2	

Dedico esta monografia à Deus, por toda criação e inspiração, à Emilyn, minha noiva, pelo suporte e motivação e à Hariel por ser a razão de eu me levantar todos os dias.

RESUMO

O presente trabalho contém uma análise dos principais fatores que levaram a China a tornar-se uma das maiores economias do mundo e, principalmente, ser um ator que disputa a influência geopolítica com a outra superpotência, os EUA, na atualidade. Dividido em três capítulos, o trabalho faz uma análise histórica da transformação econômica da República Popular da China (RPC), bem como seus aspectos políticos e militares, buscando contextualizar até que ponto a ascensão chinesa é mutualmente benéfica para o resto do mundo e quando ela ocorre em detrimento a outros Estados e até mesmo às custas do bem-estar da própria população chinesa. Para tanto, serão investigados cenários como o Mar do Sul da China (MSC), bem como os investimentos chineses internacionais, como a Nova Rota da Seda, nos continentes africano e americano e, por fim, as relações correntes entre China e Brasil, buscando responder a seguinte questão: quais são os impactos para o Brasil da emergência da China a condição de superpotência no sistema internacional?

Palavras-chave: Brasil, China, Crescimento econômico, Desenvolvimento, Estratégia, Influência Geopolítica.

ABSTRACT

The present work contains a contemporary analysis of the aspects that led China to become one of the largest economies in the world and, mainly, to be an actor that disputes geopolitical influence with the USA today. Divided into three chapters, the work makes a historical analysis of the economic evolution of the People's Republic of China (PRC), as well as its political and military aspects, seeking to contextualize to what extent the Chinese rise is mutually beneficial for the rest of the world and when it occurs to the detriment of other states and even at the expense of the well-being of the Chinese population itself. For this, scenarios such as the South China Sea (MSC) will be analyzed, which has a singular strategic importance for Chinese development, as well as Chinese investments outside the territory of the PRC, such as the New Silk Road, investments in the African and American continents and, finally, the current relations between China and Brazil, seeking to answer the following question: What are the impacts for Brazil due to the emergence of China as a superpower in the international system?

Keywords: Brazil, China, Economic Growth, Development, Strategy, Geopolitical Influence.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEBC – Centro Empresarial Brasil-China

ELP – Exército de Libertação Popular

IED – Investimento Exterior Direto

MSC – Mar do Sul da China

OBOR – One Belt One Road

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCC – Partido Comunista Chinês

RPC – República Popular da China

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Crescimento do PIB Chinês e diminuição da pobreza.....	18
FIGURA 2: Mísseis nucleares chineses em parada militar.....	25
FIGURA 3: O Mar do Sul da China e suas disputas.....	29
FIGURA 4: Navios cruzando o estreito de Malaca.....	31
FIGURA 5: Presença dos EUA no MSC e arredores.....	35
FIGURA 6: A Nova Rota da Seta, marcação de rotas existentes e planejadas.....	43

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
ESTRUTURA E METODOLOGIA.....	11
JUSTIFICATIVA.....	13
1. O DRAGÃO ASIÁTICO.....	14
O INÍCIO DO RENASCIMENTO CHINÊS.....	14
O SISTEMA POLÍTICO CHINES VOLTADO PARA O CRESCIMENTO.....	19
O CRESCIMENTO MILITAR CHINÊS.....	22
O CRESCIMENTO ACELERADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	26
2. UM MAR DE DISPUTAS.....	30
QUAIS ATORES SE FAZEM PRESENTE NA REGIÃO.....	33
QUAL É A ESTRATÉGIA CHINESA PARA O MAR DO SUL DA CHINA.....	36
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOMÍNIO CHINÊS NO MSC.....	39
3. XXI: O SÉCULO DO DRAGÃO.....	41
A BUSCA PELA NOVA ROTA DA SEDA.....	41
A PRESENÇA CHINESA NO <i>HEARTLAND</i> E NO <i>RIMLAND</i>	45
A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA.....	48
A PRESENÇA DA CHINA NAS AMÉRICAS.....	51
O BRASIL E SUA POSIÇÃO NESSE CENÁRIO.....	54
CONCLUSÃO.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	62

INTRODUÇÃO

No fim do século XX a China ressurgiu como potência econômica, com uma grande capacidade industrial e com um domínio marítimo significativo. Esse país que se encontra em uma favorável posição geográfica do globo busca cada vez mais expandir sua influência por meio de atores estatais e privados que desempenham diversos papéis. Dominando uma parte considerável da região que Spykman (2007) descrevia como *Rimland*, seja em atividades extrativistas simples como na pesca, na exploração de recursos energéticos ou até mesmo na geração de ilhas artificiais em busca da expansão de seu território marítimo nacional.

Por se tratar da maior população mundial, aliada a uma forma de governo ditatorial que impõe severas medidas aos trabalhadores, os quais possuem poucos direitos e estão sujeitos a jornadas de trabalho abusivas, por trás de grande parte do crescimento chinês pode ser encontrada um efeito colateral catastrófico, como a pesca predatória aliada a poluição no mar do sul da China, que fez com que a atividade naquela região fosse bastante afetada pela escassez de recursos. De acordo com o estudo de Pinotti(2015) há uma estimativa de redução de 25% dos recursos pesqueiros em um universo de 40 anos, fazendo com que grandes flotilhas de pesqueiros chineses busquem refúgio em outras regiões, como nos oceanos da América do Sul e da costa da África.

Além disso, ocorre uma forçada expansão de território marítimo chinês com a utilização de ilhas artificiais, que em sua maioria também vem acompanhada de uma significativa ocupação militar. O governo chinês terminou com mais de 29 hectares de construções militares no Mar do Sul da China em 2017 o que pode ser visto com desconfiança pela comunidade internacional ao passo que tal expansão tem colocado em questionamento a hegemonia de diversos países asiáticos que compartilham das águas daquele mar, como Taiwan, Vietnã e Filipinas. Essa região é de grande importância geopolítica haja vista que grande parte das rotas de comércio marítimo passam por lá, além de ser um local que proporciona uma penetração estratégica em outras regiões da parte asiática do *Rimland*¹.

O crescimento chinês não se limita apenas na expansão de sua incontestável capacidade industrial – é possível construir um prédio de 30 andares em menos de um mês na China². Em outras áreas, como a pesca, a China se insere entre os

1 De acordo com BBC News disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42346330>

2 Como demonstrado em vídeo do Skycity disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hdpf-MQM9vY&t=21s>

grandes na exploração dessa atividade. Sua expansão pelo mar do sul da China mina o poder dos países vizinhos.

Como resultado, ocorre também uma enorme expansão militar ao longo das últimas duas décadas. O Exército de Libertação Popular (ELP), como são conhecidas as forças armadas chinesas, vem revolucionando seus meios, sua doutrina e sua capacidade logística e, apesar de ter diminuído seu efetivo total, vem aumentando o quantitativo de militares fuzileiros navais em suas fileiras, de acordo com Newsham(2021) houve um aumento de efetivo de 12.000 para 30.000 militares em um período de 4 anos, o que garante uma capacidade anfíbia e expedicionária que é de fundamental importância para qualquer um dos atores que vislumbra algum conflito em uma região litorânea, como pode vir a ocorrer no Mar do Sul da China.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

Será abordado nesse trabalho os diversos motivos que fazem com que grande parte do crescimento exponencial da China tenha também aspectos prejudiciais e até onde esse crescimento é realizado por meios de agentes estatais, privados ou até mesmo uma combinação de ambos. Outro fato a ser analisado é a importância da região conhecida como o Mar do Sul da China, onde será estudado o porquê da China contestar para si o domínio desse território marítimo e quais interesses geopolíticos podem ser alcançados caso esse objetivo chinês seja alcançado.

Além disso, é interessante ressaltar o crescimento geopolítico chinês, que investe em diversas obras de infraestrutura ao redor do mundo, como grande parte dos principais portos do planeta, obras ferroviárias revolucionárias e um particular interesse em determinadas regiões da América Latina, como pode ser visto na reportagem “empresas chinesas investiram U\$130 bilhões na América Latina em duas décadas, dizem EUA”³ e também na África como pode ser evidenciado através das diversas estatais petrolíferas que atuam na região. Por fim, avaliaremos os impactos socioeconômicos que essas atividades produzem no Brasil direta ou indiretamente, levando em considerações os acordos e negociações que possuímos com esse gigante asiático, levando em consideração que o Brasil foi o país que a China mais investiu em 2021 com uma aplicação de mais de U\$5 bilhões⁴.

3 Notícia do Jornal Estado de Minas Internacional

4 De acordo com o jornal O Globo disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/08/brasil-lidera-investimentos-chineses-no-mundo-us-59-bi-no-ano-passado-o-maior-desde-2017.ghml>

No primeiro capítulo será abordado as características do acelerado crescimento da China e as consequências positivas e negativas que ocorre dentro e fora do território chinês, assim como o grande crescimento militar que o ELP vem apresentando, com uma verdadeira reformulação em seus objetivos e modo de operar, focando cada vez mais na qualidade de seus meios e pessoal do que em seu efetivo propriamente dito.

No segundo capítulo serão analisadas as disputas de poder na região conhecida como o Mar do Sul da China, que é uma região marítima que faz parte do oceano pacífico com grande valor geopolítico. Analisar os motivos da China contestar o domínio de tal região, ignorando a hegemonia dos demais países que lá se encontram, verificar quais agentes estão envolvidos na disputa e quais estratégias vêm sendo utilizadas por ambas as partes, assim como as vantagens que a China poderá obter caso consiga alcançar o domínio desse mar são os objetivos desse capítulo.

No terceiro capítulo analisaremos o crescimento geopolítico chinês de uma forma mais ampla, para tentarmos entender as ambições chinesas para o mundo e o que desejam alcançar ao dominarem grande parte dos principais portos ao redor do globo, buscarem reestabelecer a nova rota da seda, tanto com sua marinha mercante como através de ferrovias, e os planos ambiciosos que a China possui na realização de obras de grande porte em regiões como as Américas e a África. Além disso será feito uma análise dos impactos do crescimento chinês no Brasil, levando em questão diversos fatores, desde a influência da pesca predatória de pescadores chineses próximo a nosso mar territorial até a adoção de uma economia demasiadamente primária por parte do Brasil com relação a China e como os BRICS podem vir a favorecer ou prejudicar o crescimento brasileiro.

A metodologia utilizada foi a de estudo de caso, recurso amplamente utilizado nas ciências sociais em geral e portanto também nos Estudos Estratégicos, e que proporciona uma perspectiva mais rica e profunda para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, uma ampla revisão bibliográfica, analisando livros, artigos e reportagens de fontes variadas que visam abordar as diversas problemáticas dos assuntos tratados em cada um dos capítulos buscando contextualizar o tema e responder principalmente a seguinte pergunta: Quais são os impactos para o Brasil em função da emergência da China a condição de superpotência no sistema internacional?

JUSTIFICATIVA

Um fato irrefutável atualmente é que a China vem crescendo de forma extremamente acelerada nas últimas décadas. Porém, esse crescimento muitas vezes têm um custo alto seja para outros países, para o meio ambiente ou até mesmo para o próprio trabalhador chinês. Dessa forma, a motivação desse trabalho é analisar os fatores que levam a China a crescer com tanta velocidade e tentar verificar se existe um espaço para a coexistência e sustentabilidade em meio ao grande apetite do dragão chinês que acaba de renascer nesse novo século.

1º CAPÍTULO: O DRAGÃO ASIÁTICO

Crescendo de forma consistente e exponencial a algumas décadas, a China demonstra as características do ser mitológico que muito está presente em sua cultura popular o dragão, rivalizando de certa forma com outros países da região, como Coréia do Sul, Singapura e Taiwan, que foram consagrados como os Tigres asiáticos, além de países já reconhecidos como o Japão. Porém, seu crescimento acelerado muitas vezes ocorre sobre duras penas sociais, ambientais e até mesmos políticas.

De fato, o crescimento chinês pode ser caracterizado como colossal não apenas em aspectos de proporção como nas suas consequências e nesse capítulo abordaremos quando se iniciou esse crescimento, os fatores políticos na China que alimentam o crescimento do dragão, veremos como cresce também as suas garras que são conhecidas como Exército de Libertação Popular(ELP) e as consequências internas e externas desse crescimento.

O INÍCIO DO RENASCIMENTO CHINÊS

Nos tempos mais remotos do império chinês predominava uma visão muito sino centralizada com relação ao resto do mundo. Os governantes da China, que era intitulada por seus habitantes como o Império do Meio, tinham uma visão bastante autossuficiente como pode confirmar Kissinger(2011, p. 28):

na percepção chinesa, a China era considerada o centro do mundo, o “Império do Meio”, e as demais sociedades eram aferidas segundo gradações a partir daí. No modo de ver dos chineses, um punhado de Estados menores que absorvesse a cultura chinesa e prestasse tributo à grandeza da China constituía a ordem natural do universo

De uma maneira geral esse pensamento fez com o que a China voltasse por muito tempo para dentro de seu próprio território o foco da maioria de seus esforços, mantendo-se de certa forma afastada de ambições territoriais externas ao passo que, de acordo com a própria ótica chinesa o imperador já governava “Tudo sob o Céu”.

Essa visão talvez tenha sido a motivação pela qual a China não se envolveu em grandes navegações colonialistas da mesma forma que os europeus fizeram, muito embora suas conquistas marítimas antecedam a das grandes navegações e suas frotas já foram maiores do que a de muitas das grandes nações navegadoras.

Da mesma maneira, a política externa chinesa demorou a se desenvolver a medida que assumiam uma postura de “centro do mundo” e viam os países vizinhos como inferiores que deveriam reconhecer a soberania da China e subordinar-se a ela. Apenas com a derrota em conflitos armados para duas potências ocidentais, que a China foi começar a tentar melhorar sua diplomacia em meados do século XIX.

Nessa época a China também era fraca militarmente, como pode ser evidenciado por Lattimore (1934, *apud* KISSINGER, 2011, p.39):

“dessa forma, invasões bárbaras pairaram sobre a China como uma ameaça permanente. [...] Qualquer nação bárbara capaz de proteger sua própria retaguarda e seus flancos contra outras nações bárbaras podia confiantemente invadir a China.”

Porém, uma capacidade que parece se destacar atemporalmente nos governos chineses desde os tempos da dinastia Shang é a habilidade política de manipulação dos povos com os quais interage, seja na guerra ou na paz, estando em queda ou ascensão a China teve bastante êxito em colocar inimigos contra inimigos e quando isso não era o bastante, submeter-se a vontade de um opressor temporariamente também constava em sua forma de agir.

Esse método que pode ser caracterizado como parte da diplomacia chinesa, representa uma característica bastante fluida do método de agir do país em vários aspectos, assim como a água de um rio que contorna e envolve seus obstáculos e procura a melhor forma de se sobrepor a eles a política chinesa vem se moldando e superando cada obstáculo conforme a ocasião solicita, sendo que tal estratégia remonta os períodos onde a China sofria invasões barbaras, como a dos mongóis.

Tal filosofia que ficou imortalizada na cultura pop através de Bruce Lee⁵ em seu ensinamento de ser como a água também é observada como um comportamento padrão de líderes chineses conforme demonstra Kissinger(2011, p.43):

Em raras ocasiões os estadistas chineses arriscaram o resultado de um conflito em um único embate de tudo ou nada; elaboradas manobras com duração de anos eram mais seu estilo. Enquanto a tradição ocidental prezava o choque decisivo de forças com ênfase em feitos heroicos, o ideal chinês enfatizava a sutileza, as vias indiretas e o paciente acúmulo de vantagem relativa.

Esse método foi consagrado pelo general e estrategista chinês Sun Tzu, em sua obra A arte da Guerra, que não é apenas considerado como um guia de como

⁵ Bruce Lee(1940-1973) foi um artista marcial, ator, filósofo e autor sino americano que foi ícone da cultura pop no século XX.

conduzir uma guerra mas também é um manual de como conduzir a política de forma que não seja preciso recorrer ao uso da força.

Com o fim da dinastia Qing em 1912, a China passou por turbulentos momentos de uma Guerra Civil que só foi dada por encerrada após o término da Segunda Guerra Mundial. Nesse período ocorre o desfecho da Revolução Comunista Chinesa que obtém êxito ao colocar o partido comunista no poder e como líder e representante da agora República Popular da China o presidente Mao Tsé-Tung.

O período de governo de Mao Tsé-Tung foi repleto de diversas mudanças severas para o povo chinês que chegou a passar por diversas turbulências internas, como uma reforma agrária com o uso da força, e externas, como ter participado do lado da Coreia do Norte na guerra da Coreia, estando também aliado a URSS durante o período da Guerra Fria.

O Maoísmo, como ficou conhecida a filosofia de Mao Tsé-Tung, trouxe um período bastante controverso de altos e baixos para a China mas que, em seus momentos finais, retomou a característica da fluidez de Sun Tzu, ao buscar criar laços com os americanos recebendo até mesmo o presidente americano Richard Nixon em 1972 em Pequim.

Esse foi o início da reabertura da China para o mundo, que só foi concretizada de forma consistente após a morte de Mao Tsé-Tung e assunção de Deng Xiaoping a chefe do comitê central do partido comunista. Tais mudanças foram das mais profundas de acordo com Kissinger (2011, p.403):

Mao destruiu a China tradicional e deixou os entulhos como blocos de construção para uma modernização completa. Deng teve a coragem de basear a modernização na iniciativa e resistência dos chineses individualmente. Ele aboliu as comunas e promoveu a autonomia nas províncias para introduzir o que chamou de "socialismo com características chinesas". A China de hoje — com a segunda maior economia mundial e o mais amplo volume de reservas em moeda estrangeira, e com inúmeras cidades exibindo orgulhosos arranha-céus mais elevados que o Empire State Building — é um testemunho da visão, da tenacidade e do bom senso de Deng.

Pode-se dizer então, que a China como é vista na atualidade deve-se grande parte a liderança de Deng Xiaoping que moldou o pensamento maoísta e implementou um método visionário e eficaz de um líder que antes de assumir o poder já havia sido preso pelo Partido Comunista Chinês por estar demasiadamente alinhado com o pensamento capitalista.

Os alicerces de Deng para o início da modernização chinesa era o investimento em ciência e tecnologia que incentivava o seu povo a agir com autonomia e garantindo uma liberdade nunca antes concedida na República. Essa liberdade tinha o objetivo de desenvolver as mentes na China e trazer uma solução para o atraso que Deng assumia publicamente que seu país se encontrava.

Outros setores que também tiveram significativo investimento nesse período foram a indústria de base, a indústria bélica e a agricultura completando o que Deng chamava de “as quatro modernizações”. As reformas começaram na agricultura que teve um aumento de significativo em um período de uma década, a industrialização de áreas urbanas contribuiu para esse avanço e também para a migração da sociedade chinesa para as cidades, de acordo com Leite(2013, apud BARBIERI. ZAGO, p.54):

Essas mudanças na economia rural fizeram com que após 1980 em torno de 50% dos moradores dos vilarejos se dedicassem a agricultura, contra 90% que se dedicavam no período anterior. As causas são variadas: incremento tecnológico, aumento no número de máquinas, surgimento de pequenas indústrias locais que atraíam a mão-de-obra e também um fator importante, o desemprego por falta de terras. Quando houve a transição da comuna para o sistema familiar, nem todas as famílias receberam terras para cultivarem. Algumas delas ficaram impossibilitadas de produzir, aumentando o desemprego e gerando pobreza nas áreas rurais. Cria-se então um excedente populacional, que se desloca para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de emprego, ou fica nos vilarejos e desenvolve atividades paralelas, como prestação de serviço. Esse é mais um elemento importante que ajuda a compreender a migração rural-urbana e a criação de indústrias rurais, afinal a mão-de-obra estava disponível e aceitava receber baixíssimos salários.

Embora o período de Xiaoping, que durou de 1978 até 1989, tivesse seus próprios conflitos e dilemas, nessa época foi formada uma estrutura sólida para o desenvolvimento na China que abriu as portas para o grande estouro econômico que ocorreu no século XXI e Deng ficou conhecido como “arquiteto chefe da reforma e abertura da China” como consta no site da embaixada da República Popular da China no Brasil⁶.

Essa época é chamada de reforma e abertura porque, além das reformas internas que ocorreram, foi um período de abertura para o mercado externo, embora em grande parte essa abertura era controlada pelo Estado, uma grande onda de adesões parciais a economia de mercado ocorreu trazendo investidores de diversos lugares do mundo que estavam em busca de uma mão de obra barata e com

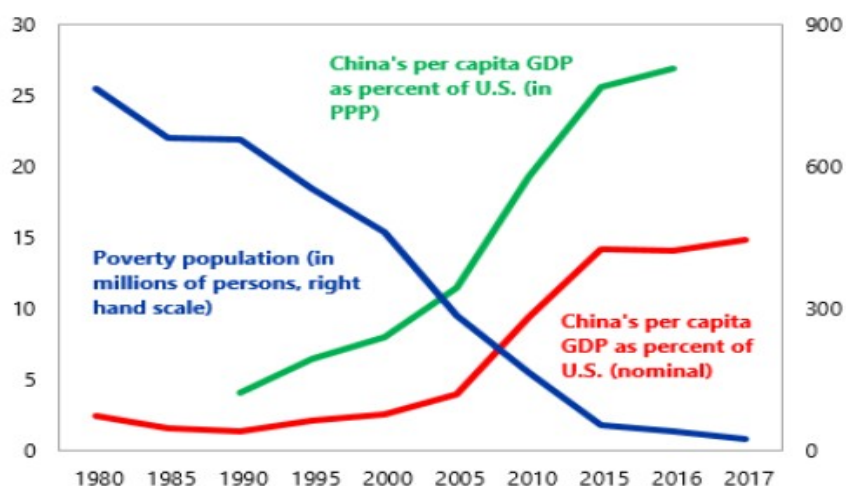
⁶ Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cebr//por/szxw/t1183942.htm>

disciplina admirável, mesmo que a qualificação não fosse grande, a quantidade compensava esse deficit.

Após Xiaoping, a China encontrou em Jiang Zemin, a imagem de um líder com características bastante diferentes de seus antecessores, porém, Jiang seguia muitas das políticas bem-sucedidas que haviam sido testadas no período de Deng.

Durante a liderança de Jiang, particularmente entre 1993 e 2003, a economia chinesa estava prestes a passar por uma ascensão que a levaria ao segundo lugar do mundo. Um fato marcante do governo de Jiang é o ponto de inflexão onde o Produto Interno Bruto(PIB) chinês começou uma ascensão vertiginosa como podemos ver no gráfico abaixo:

Growing from strength-to-strength Rapid growth means rising living standards.



Sources: CEIC, National Bureau of Statistics of China statistical yearbook.



INTERNATIONAL
MONETARY FUND

Figura 1: Crescimento do PIB chinês e diminuição da pobreza

FONTE: International Monetary Fund(IMF)

Pode-se observar no gráfico que a medida que o PIB *per capita* e o PIB derivado da paridade de poder de compra (linhas vermelha e verde do gráfico respectivamente) foram crescendo. A partir da década de 90 a quantidade da população na linha de pobreza (linha azul do gráfico) foi reduzindo

consideravelmente, e embora a China só se demonstrasse como um verdadeiro gigante no início do século XXI, a sua escalada econômica começou no governo de Jiang Zemin, muito graças as medidas adotadas no período de Deng Xiaoping.

Uma série de fatos notáveis foram observados durante o período de Zemin, como listou Vieira(2020, p18):

1) O Produto Interno Bruto da China obteve uma evolução, passando de 1,6 milhões de dólares em 1993 para 4,98 milhões de dólares em 2003. 2) A Participação das Exportações da China demonstraram um crescimento de 3,2 % em 1993 para 7,7 % em 2003. 3) A Participação das Importações da China demonstraram a entrada de produtos estrangeiros em seu comércio com 3,4 % em 1993 para 6,6 % em 2003. 4) O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou com 0,4 no ano de 1980 para 0,7 no ano de 2010, ou seja em 4 décadas(...)

Tais desenvolvimentos econômicos figuraram a porta de entrada para o próspero século XXI chinês onde Hu Jintao assumiu a China em pleno crescimento econômico e não era possível mais ignorar a dimensão do dragão que havia despertado após milênios adormecido por trás de uma nuvem de isolacionismo. A China no século XXI finalmente já está desperta para o mundo e capaz de utilizar todos seus recursos, sua população e sabedoria milenar para talvez até mesmo assumir a hegemonia no cenário geopolítico global.

O SISTEMA POLÍTICO CHINÊS VOLTADO PARA O CRESCIMENTO

De acordo com Heilmann(2016) a política da RPC vêm refutando algumas hipóteses básicas sobre sistemas políticos ao redor do mundo dentre elas a que uma economia de mercado e um regime político comunista não podem coexistir, a que o crescimento de uma classe média é a força motriz por trás de uma mudança democrática e a hipótese que regimes comunistas não são capazes de aprender ou se adaptar com eficiência.

A república na China foi proclamada em 1912, deixando para trás a época do Império chinês, mas começando uma disputa entre nacionalistas e comunistas. Tais embates foram por ora violentos até que de 1937 a 1945 uma trégua ocorreu para enfrentar as invasões japonesas na Segunda Guerra Sino-Japonesa, porém, ao fim do conflito teve-se início uma guerra civil de onde o Partido Comunista Chinês(PCC) saiu vitorioso e em primeiro de outubro de 1949 foi fundada a República Popular da China(RPC).

De início a RPC, liderada por Mao Tsé-Tung, obteve relativo êxito político e econômico, porém, ao entrar no período conhecido revolução cultural chinesa houve

um retrocesso econômico e social como versa Heilmann(2016, p.24, tradução nossa): “O país parecia estar à beira de colocar em risco tudo o que tinha conseguido no início da década de 1950”⁷.

Embora com culturas bastante diferentes, a RPC e os EUA começaram a se aproximar desde os anos 1971 e 1972 quando Tsé-Tung busca uma reaproximação com Nixon. A partir daí, embora tivessem ideologias políticas bastante divergentes, esses dois países começaram a ter uma aproximação comercial que foi muito favorável ao crescimento da China tendo como ponto de partida as quatro modernizações de Deng Xiaoping no final dos anos 1970.

Mesmo tendo evoluído em diversas áreas desde o fim do império em 1912, o atual sistema político chinês implantando pelo PCC ainda possui algumas posturas que caracterizam um governo autoritário absolutista, em especial um controle rígido de religiões e da mídia – principalmente a mídia externa que é duramente reprimida quando emite opiniões demasiadamente negativas – Dessa forma, deve-se ter um cuidado especial ao extrair informações de fontes da China, mesmo que essas operem na RPC e sejam provenientes de outros países.

Nesse contexto, é necessário pontuar que o sistema político da RPC difere em pontos chaves de outros sistemas socialistas ao redor do mundo, que tendem a alocar meios e recursos de acordo com prioridades políticas o que leva a diversos desperdícios e entraves logísticos. Essa diferença pode ser percebida desde a implementação da reforma econômica como explica Heep e Heilmann(2016, p.202, tradução nossa):

Ao contrário da situação da União Soviética, apesar das perturbações políticas e agitação social, ao longo de várias décadas a autoridade política do Partido Comunista Chinês(PCC) e o governo estadual se mostrou suficientemente robusto para evitar um colapso da ordem pública. Ao mesmo tempo, poderes econômicos chave foram confiados aos governos locais. O governo central aceitou gradualmente, pelo menos de forma esporádica, uma perda de controle em face de iniciativas da reforma e estratégias de evasão informal nos níveis regionais.⁸

7 Do Original: “The country seemed to be on the brink of jeopardizing everything it had achieved in the early 1950s”

8 Do original: “Unlike the situation in the former Soviet Union, despite political upsets and social unrest, over a number of decades the political authority of the Chinese Communist avoid a breakdown in public order. At the same time, key economic powers were entrusted to local governments . The central government gradually accepted, at least sporadically, a loss of control in the face of reform initiatives and informal avoidance strategies at the regional levels.”

Além da maleabilidade e das diferenças dos demais regimes socialistas, algumas iniciativas do sistema político chinês foram importantes para o sucesso econômico como destaca Padilha e Lima (2007, p.216):

- i) fornecimento de subsídios ao setor exportador;
- ii) disponibilização de insumos às empresas nacionais a baixo custo, sustentando a lucratividade das mesmas;
- iii) contenção do desemprego urbano, junto à manutenção do nível de renda dos funcionários públicos;
- iv) formação de parcerias com agentes privados facilitando o compartilhamento de tecnologia e de insumos visando a um maior investimento nas atividades nacionais;
- v) internacionalização de tecnologia;
- vi) políticas específicas de regulação da entrada de capitais

Conclui-se que a política da China, apesar de ser um regime socialista, admite uma flexibilidade que garante que o país não fique tão isolado com relação a outras nações comunistas que interagem majoritariamente entre si. De uma forma um tanto quanto inovadora, e que faz com que alguns especialistas questionem se de fato a China é ou não um país comunista, a RPC possui uma negociação bastante aberta com outros países capitalistas, mesmo que possuam um certo grau de rivalidade ideológica ou geopolítica, como os EUA.

Outro fator importante é que a flexibilidade com o setor privado faz com que a China permita o acúmulo de capital com seus empresários, o que fez com que fosse gerado uma quantidade considerável de bilionários chineses, que só perde em número para o quantitativo de bilionários americanos. Apesar dessa aparente abertura para o capitalismo, Smink(2019) garante que a “mão invisível” do PCC está em todos os aspectos da economia e completa:

As camadas inferiores trabalham de forma mais próxima ao capitalismo, mas o controle é definitivamente mais visível no topo da pirâmide econômica: o Estado determina, por exemplo, o preço do yuan e quem pode comprar a moeda chinesa.

Esse conjunto de peculiaridades faz com que a China se autointitule um “socialismo com características chinesas” e esse método vem dando às grandes empresas chinesas bastante liberdade de crescimento e capacidade de competição com o mercado exterior. De acordo com Szepan(2016) existem basicamente quatro tipos de empresas que são divididas em o quanto estão próximas do Estado ou do mercado e quais são de propriedade privada ou estatal.

O primeiro tipo seriam as empresas cuja importância estratégica faz com que o governo central as controle, como empresas elétricas, de telecomunicações e petróleo e gás que, em geral, não enfrentam concorrência interna. O segundo

grupo, também de empresas estatais são de importância estratégica inferior, como a indústria automotiva, sendo muitas vezes controladas por governos locais enfrentando intensa concorrência de empresas chinesas e estrangeiras.

O Terceiro tipo, agora no ramo das empresas privadas, são aquelas que podem ou não ter vínculos com o governo devido a importância estratégica de seus produtos ou para garantir boas vendas, mas, em geral, passam por um complexo processo de negociação com órgãos estatais que resultará em diferentes liberdades gerenciais. Por último temos o quarto tipo de empresa, também privadas, que competem abertamente em mercados não estratégicos, algumas grandes tanto dentro da China como globalmente, porém, apenas algumas delas com participação acionária global.

Porém, com o passar do tempo o número de empresas controladas pelo Estado na China diminuiu drasticamente, como aponta Szepan(*apud* HEILMANN, 2016, p. 210 tradução nossa):

No geral, é importante notar que a participação das empresas estatais na produção econômica da China diminuiu rapidamente. Entre 1978 e 2014, a proporção do emprego industrial total na China composto por empresas estatais caiu de 78% para 16%. De 1998 a 2014, o número de empresas estatais caiu de 65.000 para 19.000.⁹

Ainda assim, o governo continua desempenhando bastante influência nos negócios, mesmo que haja menos intervenções diretas nas empresas, ainda existem mecanismos de regulação e controle que garantem ao sistema político chinês um consistente grau de intervenção. Em contrapartida, as empresas chinesas também podem usufruir de algumas vantagens gerais como financiamento, regulamentações mais favoráveis e ter o Estado chinês como cliente, portanto, pode-se concluir que o sistema político chinês opera sobremaneira a favor do crescimento econômico do país. Todavia, sem direitos civis e liberdades individuais.

O CRESCIMENTO MILITAR CHINÊS

Pacífico ou não, o poderio militar de um país representa muito além do que meramente sua capacidade de vencer uma guerra, ainda mais porque isso não é

⁹ Do Original : “ Overall, it is important to note that the share of state-owned enterprises in China’s economic output has declined rapidly. Between 1978 and 2014, the proportion of total industrial employment in China made up of state-owned enterprises fell from 78 percent to 16 percent. From 1998 to 2014 the number of state-owned enterprises”

facilmente aferido devido ao que muitos especialistas definem como a “névoa da guerra”¹⁰ que torna incerto qualquer tipo de resultado em conflitos armados.

Ao invés disso, podemos entender a capacidade militar fundamentalmente como uma força dissuasória que busca, através de um posicionamento estratégico, ser uma extensão da política de um país. Com o crescimento econômico chinês nas últimas 4 décadas, a sua influência política também cresceu e o Exército de Libertação Popular (ELP) não foi deixado de lado, sendo uma importante ferramenta garantidora dos interesses políticos da RPC.

De acordo com Cliff(2020), o ELP evoluiu do que era chamado de “o maior museu militar do mundo” ainda no final dos anos 1990, para uma das maiores potências militares da atualidade. Tudo isso teve como base um aumento exponencial nos investimentos no orçamento de defesa que se em 1998 eram cerca de 11,3 bilhões de dólares, em 2014 foi aumentado para impressionantes 132 bilhões de dólares.

Tal aumento na importância que a China vem dando a suas forças armadas pode alarmar alguns países asiáticos que participam ou participaram de alguma disputa territorial com a China, como Taiwan, o país insular que desde a época da fundação da RPC concentrou muitos refugiados não comunistas chineses e é intitulado de República da China contrariando interesses da China continental.

Sendo assim, o ELP vem buscando evoluir seus meios de forma bastante eficiente como aponta Cliff(2020, p.19):

As indústrias de defesa da China produzem atualmente sistemas de armas comparáveis ao carro de combate Abrams M1, às fragatas *Aegis* e aos caças F-15 e F-16, que constituem o fulcro do poder militar dos Estados Unidos. Em 2007, a China testou um míssil lançado do solo que interceptou um de seus próprios satélites meteorológicos, tornando-se assim a terceira nação(Depois dos Estados Unidos e da União Soviética) a deter a capacidade de destruir um satélite em órbita. Em 2011, enquanto o secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, estava em Pequim para encontrar-se com os líderes chineses, a China realizou o teste de voo de um avançado avião de caça Stealth, de extrema semelhança com o que os EUA haviam recentemente desenvolvido.

É notório que não basta o desenvolvimento tecnológico para que uma força armada esteja de fato qualificada para a condução de uma campanha militar, talvez mais importante do que os meios estão a qualidade da doutrina e do treinamento de

10 Termo inicialmente criado por Clausewitz que disse: “A grande incerteza de todos os dados na guerra é uma dificuldade peculiar, pois toda ação deve, em certa medida, ser planejada na penumbra, a qual em adição frequente — de um efeito de névoa ou luar — dá às coisas dimensões exageradas e aparência não-natural.”

seu pessoal e como continua Cliff(2020, p.33) o adestramento do ELP foi revolucionado:

O ELP tem buscado melhorar a qualidade de seu adestramento por meio de mais realismo, complexidade e integração operacional das diferentes forças em seus exercícios de campanha. O adestramento passou a ser rotineiramente realizado em terrenos desconhecidos pelas tropas , à noite, com mau tempo e contra forças de figuração cujas ações não são pré-determinadas. A frequência de exercícios combinadas (várias armas de uma mesma força) e conjuntos (diferentes forças armadas) também se intensificou, assim como a escala dos exercícios. Alguns campos de instrução possuem agora forças de figuração exclusivas, que simulam os armamentos e táticas de potenciais adversários e às quais é permitido derrotar as unidades visitantes nos exercícios de campanha.

Essas passagens evidenciam o quão seriamente a China vem encarando o desenvolvimento de suas forças armadas e que elenca os seus mais prováveis adversários em um futuro próximo e busca se preparar para sobrepujá-los. Tal atitude demonstra que a China efetivamente encara com seriedade a possibilidade de entrar em conflito com outros países e também, pode estar buscando na dissuasão uma forma de ganhar poder de barganha diplomático.

O desenvolvimento industrial e tecnológico também acompanha os avanços militares da China, tendo em vista que cada vez mais o país busca desenvolver seus próprios meios de defesa, tanto que sua indústria de defesa foi considerada a segunda maior do mundo segundo o *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*.

Outro fator que é relevante ao avaliarmos o ELP é o efetivo de militares que constam em suas fileiras, mesmo sofrendo uma redução de aproximadamente 300 mil homens no ano de 2015 continuou sendo a força armada com maior efetivo em todo mundo com aproximadamente 2,3 milhões de militares segundo Terra(2019).

Embora um grande efetivo não seja o bastante para mensurar qualitativamente uma força armada, com certeza tal quesito é importante quando lidamos com a convencional guerra de atrito que é o combate focado em atacar o grosso das forças adversárias utilizando-se o máximo das próprias forças, vencendo-as principalmente pela superioridade numérica, sendo essa de fogos, meios e homens .

Outro método de condução do combate seria o que ficou conhecido como a guerra de manobra, idealizado pelo estadunidense coronel John Boyd. Tal método versa sobre a importância de quebrar a coesão mental do inimigo, desorganizando-o, para isso ocorre um foco no combate indireto com a destruição de seu apoio

logístico, de suas estruturas de comando e controle ou atacando-o onde ele não possa se defender adequadamente.

O ELP vem buscando se adequar a algumas décadas ao estilo de condução de conflito empregando a manobra como afirma Cliff (2020, p.66)

A doutrina militar da China desde 1999 tem claramente seguido o modelo da manobra e do esforço indireto. Segundo um analista “o ponto de partida [de uma doutrina de manobra e esforço indireto] é evitar os pontos fortes do inimigo e, em seguida, aplicar alguma superioridade particular contra suas presumidas debilidades, seja físicas, psicológicas, técnicas ou organizacionais.

Porém, para a condução de tal tipo de método de guerra, se faz necessário a existência de uma estrutura organizacional dentro da Força Armada que permita o emprego de certo grau de dinamismo nas ações, o que, aparentemente a China não havia conseguido aplicar no ELP até pouco antes de 2020 de acordo com Cliff(2020, p.82):

Serão necessárias mudanças fundamentais na organização do ELP antes que ele atinja o tipo de estrutura orgânica requerida para implementação eficaz de suas doutrinas de esforço indireto e manobra. (...)o ELP é uma organização altamente centralizada , fracamente integrada e de elevada padronização – o exato oposto das características necessárias para executar uma doutrina baseada em manobra e esforço indireto.

Apesar desse desbalanço com relação estrutura organizacional, os avanços da China na área militar são muito significativos e ocorrem em várias áreas com destaque para a guerra cibernética e o poderio nuclear chinês que, de acordo com o site do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, projeta uma capacidade de conseguir possuir até 700 armamentos nucleares ativos até 2027 e 1000 armamentos nucleares até 2030, além de ter a possibilidade de lançar tais armamentos do solo, mar ou ar.



Figura 2: Mísseis nucleares chineses em parada militar

FONTE: The Diplomat

Além disso, um outro fato que vem preocupando os possíveis adversários da China é o desenvolvimento de capacidades químicas e biológicas com uma potencial finalidade da utilização desses métodos em conflitos, de acordo com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O desenvolvimento desses métodos de guerra, se for comprovado, pode também vir a violar algumas convenções internacionais.

Com isso, podemos concluir que os avanços militares da RPC e consequentemente sua projeção de força estratégica são bastante consideráveis. Apesar de manter-se longe de conflitos grandes e de manter uma neutralidade estratégica perante os conflitos atuais, como pode-se observar na neutralidade da chinesa em relação à guerra da Ucrânia muito provavelmente por conta de sua aliança com a Rússia. A China possui hoje uma grande capacidade de fazer valer sua vontade por meios militares e vem evoluindo cada vez mais nesse ramo ao ponto que futuramente pode vir a assumir uma postura mais ofensiva do que a mera dissuasão, principalmente diante dos grandes investimentos que permitem uma maior projeção anfíbia do seu poder militar além do seu entorno regional.

O CRESCIMENTO ACELERADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Vimos ao longo desse capítulo o vulto do crescimento econômico da China, o quanto seu sistema político está voltado para alimentar ainda mais sua expansão e como a sua força militar também vem aumentando ao longo das últimas décadas. Agora, faz-se necessário analisar se esse desenvolvimento vem ocorrendo de forma consciente e sustentável ou se possui um impacto negativo para o resto do mundo.

Muito se discute sobre o preço do crescimento exponencial da RPC nos últimos tempos. Alguns pensadores acreditam que a China necessite acabar com empregos ao redor do mundo para que cerca de meio bilhão de chineses possam ter sua vaga garantida no setor industrial chinês que operaria como o principal de todo o mundo (ALMEIDA, 2005, p.11). Ou seja, indústrias de outros países, principalmente aqueles em desenvolvimento como o Brasil, fechariam suas portas e migrariam para China onde os incentivos fiscais e o baixo custo da mão de obra seriam mais vantajosos.

Além disso, do ponto de vista ecológico a China possui uma deficiência bastante evidente como versa Filho *et al* (2009, p. 21)

Os impactos ao meio ambiente de 30 anos de industrialização rápida e ininterrupta também têm sido altos. Por exemplo, 70% das águas subterrâneas do País estão contaminadas, principalmente as localizadas no norte do País onde 60 milhões de pessoas seguem com dificuldade para dispor de água potável. Dezesseis das 20 cidades mais poluídas do mundo localizam-se na China que, por sua vez, ocupa o segundo posto em emissão de dióxido de carbono (apesar de sua emissão *per capita* ainda ser muito baixa), e o primeiro lugar na emissão de clorofluorebunetos e de dióxido sulfúrico por superfície habitada. Os prejuízos ao País somente no ano de 2005 foram da ordem de US\$ 10 bilhões por conta dos efeitos da chuva ácida. Um agravante neste caso deve-se à previsão de crescimento do parque automotivo, que poderá saltar dos 20 milhões de carros de 2004 para 60 milhões em 2010 e 90 milhões em 2015.

Com isso, observa-se que os efeitos da pesada industrialização chinesa podem ser negativos tanto internamente, como a poluição das reservas de água do país, quanto externamente, tornando obsoleto os polos industriais ao redor do mundo ou até mesmo grandes impactos ambientais, com a emissão de gases poluentes e outras substâncias na atmosfera e nos mares.

Um outro aspecto do crescimento chinês está na política que a RPC adotou a partir do início do século XXI, já no mandato do presidente Xi Jinping, onde as empresas de tecnologia que fossem montar suas indústrias na China deveriam oferecer o conhecimento da tecnologia para o governo chinês, que como vimos anteriormente é dono ou exerce algum tipo de controle de muitas empresas chinesas.

Tal iniciativa fez com que na China fossem criados diversas versões similares de produtos variados, incluindo automóveis, causando uma certa fragilidade no mercado de patentes e abrindo as portas para o que conhecemos como “pirataria”, embora a maioria desses produtos falsificados não tenham a autorização para sair do território chinês, muito da tecnologia adquirida pode ser utilizada em grandes marcas chinesas utilizando-se de um mascaramento estratégico para forjar uma certa originalidade e, juntando a capacidade industrial insuperável, tornar-se uma concorrência desleal com essas marcas.

Um outro cenário que pode vir a assolar as empresas que se encontram em território chinês é o fato do governo da RPC, embora seja aberto ao mercado externo, ainda é um governo autoritário, com o PCC no controle indireto sobre todas as propriedades do país, o que o torna uma ameaça caso sua liderança vislumbre que algumas daquelas indústrias estrangeiras não estejam mais favorecendo seus interesses e seriam melhores administradas por eles.

Embora esse contexto possa ser difícil de ser vislumbrado na atualidade, a RPC já utilizou de seu poder econômico para fazer valer a sua vontade em duas situações distintas, a primeira foi em 1997, na reincorporação de Hong Kong, após a China ter ameaçado cessar o comércio com a cidade e com o Reino Unido, que colonizavam a região desde 1842. A segunda situação foi em 1999, a reincorporação de Macau, sob circunstâncias similares à de Hong Kong, a China conseguiu que a soberania da cidade fosse transferida de Portugal para si.

Com isso podemos verificar que a medida que a China começou a apresentar um maior crescimento econômico, ela também apresentou uma postura mais agressiva querendo reaver territórios que já haviam sido parte de sua extensão nacional. Tal postura, em um futuro próximo vai deixando cada vez mais um questionamento sobre os interesses da China em relação à Taiwan, cujas disputas políticas e ideológicas com a China remontam a fundação da RPC.

Uma outra vertente que muito preocupa alguns países tanto no Mar do Sul da China quanto na América do Sul é a degradação da biodiversidade marinha causada pela pesca ilegal e desenfreada. Embora tal ato não seja praticado somente por embarcações chinesas, estima-se que mais de 70% da pesca ilegal ocorrida nessas duas localidades seja cometida por embarcações chinesas e que esses navios pesqueiros conseguem se manter por mais de anos pescando ininterruptamente pois são apoiados por embarcações maiores que os abastecem e descarregam sua pesca.

Além disso, muito é discutido sobre a relação da pesca ilegal com outros crimes, como o trabalho escravo e o narcotráfico, e já foram comprovadas hostilidades por parte de pesqueiros chineses a embarcações dos países costeiros, em alto-mar (além das zonas econômicas exclusivas de alguns países), aproveitando-se do fato da legislação desses países não conseguirem alcançar juridicamente os agressores.

Embora a pesca ilegal seja majoritariamente exercida por atores não-governamentais da China, existe um incentivo gigantesco da China com relação a suas frotas pesqueira, não apenas buscando criar bases portuárias em outros países que oferecem o apoio para as grandes embarcações(navios mãe) como também com a ausência de legislações e regulamentos que possibilitam que os pescadores trabalhem com pouco ou nenhum direito trabalhista, no que se assemelha a um trabalho escravo.

Portanto, ao analisarmos os efeitos colaterais do crescimento da China podemos observar que existe uma vasta gama de efeitos negativos que vem se proliferando concomitantemente. Desta forma, cabe avaliar até que ponto as autoridades da RPC estão sendo negligentes ou até mesmo são coniventes com esses problemas.

Neste sentido, é importante ressaltar que o crescimento econômico da China através de uma economia de mercado e integrado globalmente conseguiu o grande feito de caráter social extremamente importante: tirar da pobreza centenas de milhões de indivíduos. Todavia, como foi apresentado, também existem grandes impactos negativos desse mesmo crescimento.

Situado no sudeste asiático, o Mar do Sul da China(MSC) banha a RPC, Vietnã, Indonésia, Camboja, Tailândia, Singapura, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan sendo palco de diversas disputas territoriais. A região é rica em sua biodiversidade, em petróleo, além de ser passagem das principais rotas comerciais marítimas do mundo. Dessa forma, suas ilhas possuem elevado valor militar e



Figura 3: O Mar do Sul da China(MSC) e suas disputas territoriais

FONTE: The Asean Post

geopolítico, tendo em vista que são propícias ao estabelecimento de bases militares e que garantem ao seu contentor o direito de reivindicar o território marítimo circunvizinho.

Sabendo disso, a RPC vem, cada vez mais, adotando medidas para se consagrar como detentora da região, realizando uma forte presença e ocupação militar na área, buscando se instalar em ilhas do MSC e até mesmo criando ilhas artificiais com intuito de expandir sua influência no território. O objetivo desse capítulo é avaliar a dimensão do valor dessa região, os atores estatais ou não, que atuam na área, quais estratégias a China vem utilizando para conquistar essas águas e o que ela pode conseguir se for bem-sucedida.

O mar do sul da China se encontra em uma região privilegiada econômica e geopoliticamente. Unindo os oceanos Índico e Pacífico, o MSC possui rotas comerciais que movimentam mais de U\$ 3 Trilhões por ano, de acordo com a BBC News. Além disso, é dotado de um potencial energético ímpar, sendo bastante rico em gás natural e petróleo como aponta Santos(2017):

Enquanto a Agência de Energia Americana estima que existam reservas de 11 bilhões de barris de petróleo e aproximadamente 190 trilhões de metros cúbicos de gás, as autoridades chinesas consideram 125 bilhões de barris de petróleo e 500 trilhões de metros cúbicos de gás, respectivamente. Todavia, independente da divergência, muitas vezes não por acaso, nesses dados, eles revelam a riqueza e importância da área como fonte de recursos essenciais para o mercado internacional.

De acordo com Pereira (*apud* PADULA, FERNANDES, 2020) passam anualmente pelo MSC mais de 40.000 navios, o que representaria mais da metade da tonelagem total de todo mundo, além de mais de 80% do petróleo com destino ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan – o que ressalta a importância estratégica para a China tendo em vista que esses países são rivais políticos.

A atividade de pesca também é muito presente na região, como afirma Padula e Fernandes (2020):

É estimado que o volume de pesca bata na casa das 10 milhões de toneladas, o que corresponderia a 12% do volume mundial de pescados em um ano. Esse volume se traduziria em valores de 21.8 bilhões de dólares, dos quais a China deteria 45% do montante, correspondendo a 10,5% de seu PIB do setor de agricultura.

Além disso, como mencionado anteriormente, essa área é vítima de uma grande atividade de pesca predatória e ilegal, o que, com o tempo, vem desencadeando em uma queda na quantidade de pescado disponível na região, consequentemente pondo em risco a segurança alimentar de boa parte do sudeste

asiático e fazendo com que as atividades ilícitas migrem para outros locais do planeta.

A localização do MSC é bastante estratégica, por unir os oceanos Índico e Pacífico e por conectar a Ásia ao Oriente Médio e a África, onde ocorrem enormes quantidades de escoamento de petróleo. No MSC passam grande parte das frotas petrolíferas e comerciais do mundo, estimando-se que circulem por lá mais da metade dos navios mercantes do mundo.

Figura 4: Navios cruzando o estreito de Malaca

FONTE: iStock



O MSC é considerado um mar semifechado, com as principais entradas para seu interior sendo realizada através de estreitos que são de importância estratégica fundamental para quem deseja obter o domínio da região. São eles os estreitos de Malaca, Sunda e Lombok na região sul e os estreitos de Taiwan e Luzon ao norte.

Dentre esses, àquele que é considerado o de maior importância econômica e geopolítica é o estreito de Malaca que liga o MSC ao oceano Índico.

Caso um desses estreitos fossem bloqueados o custo para desviar as frotas comerciais por outro estreito ou navegando na direção da costa sul da Austrália poderia chegar até 3 bilhões de dólares ao mês, sem contar que o atraso no fornecimento de energia, haja vista a grande circulação de navios petroleiros na região. Tal fato poderia deixar países como Japão, Taiwan e a própria China em uma verdadeira crise energética.

Com isso, podemos melhor entender sobre a importância geoestratégica do MSC como aponta Padula e Fernandes(2020):

(...)percebe-se que o MSC e seus estreitos representam um ativo de importância estratégica para a mobilidade comercial e militar, assim como para o desenvolvimento econômico e social de uma grande faixa do continente Euro-asiático, especificamente do Nordeste e Sudeste da Ásia. Logo, qualquer alteração na possibilidade de acesso e de livre navegação através dessa área pode afetar negativamente Estados como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China, o que, consequentemente, implicaria não só em grande prejuízo a economia global como também na alteração do equilíbrio de poder nessas regiões.

Portanto, todos os atores envolvidos nas disputas territoriais e econômicas do MSC buscam diversas estratégias, dentre ocupação de ilhas e expansão de diversas atividades econômicas para ampliar sua influência e seu pleito sobre esse território. Analisaremos agora quem são esses principais atores e quais seus interesses particulares por essas águas.

QUAIS ATORES SE FAZEM PRESENTE NA REGIÃO

Nos mais de 3 milhões de km² do MSC, os países que mais pleiteiam faixas territoriais por essas águas são aqueles banhados por esse mar, em especial a China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Malásia, Indonésia e Brunei. Alguns desses países, como a China, Vietnã e Taiwan ocupam algumas ilhas de um mesmo arquipélago – o Spratly – com instalações militares e desejam adquirir a soberania sobre o local.

A disputa entre os atores internos da região muitas vezes circundam os principais arquipélagos do MSC, sendo eles o Spratly, que é localizado no centro da região e possui uma extensão de aproximadamente 450 mil km² dos quais menos de 10% está emerso, além do arquipélago de Paracel, localizado ao norte do MSC , com 15 mil km² de extensão, porém com uma área emersa um pouco superior a do arquipélago de Spratly.

Esses arquipélagos são alvos de grandes disputas, tendo em vista que Vietnã e Taiwan reivindicam para si a posse do arquipélago de Paracel, que atualmente se encontra sobre domínio da RPC e em Spratly diversos Estados fazem uso das ilhas da região buscando assim expandir suas áreas de jurisdição e aumentar a Zona Econômica Exclusiva do território marítimo de seu país.

O Vietnã assim como a China, fundamenta a reivindicação da soberania sobre esses arquipélagos em fatos históricos que remontam a séculos passados, por isso a disputa entre esses dois países pela região vinha sendo uma das mais polêmicas até os anos 2000, quando acordos de cooperação mútua foram assinados e ajudaram na diminuição das tensões na região.

Além dos países que são diretamente ligados pelo MSC, existem diversos Estados estrangeiros que, embora não estejam presentes diretamente na região, possuem uma larga preocupação com os acontecimentos dessas águas, como Japão, Austrália, Índia e até mesmo os Estados Unidos. Tais países, apesar de não serem banhados pelo MSC possuem diversos interesses econômicos e estratégicos com relação a essa região.

De acordo com Aguilar e Fakhoury(2019), a Índia que possuía uma postura de expansão sem violência teve seu modo de operar mudado drasticamente após perder de forma humilhante a guerra Sino-Indiana em 1962. Com isso, aumentou muito os gastos de defesa em seu país, principalmente no desenvolvimento de sua marinha e incluiu o MSC como variável vital para proteger a bacia do Oceano Índico o que aumenta o seu interesse em influenciar a região.

Do outro lado do MSC, o Japão que também já se envolveu em diversas disputas bélicas e políticas com a RPC também busca influenciar nas atividades no interior do MSC. Por ter suas próprias disputas territoriais no mar do Leste da China com a RPC, o Japão basicamente apoia qualquer país do interior do MSC que rivalize com os chineses a soberania desse local.

Mais ao sul do MSC, a Austrália que possui laços estreitos com os Estados Unidos também corrobora para uma política de contenção chinesa na região como afirma Aguilar e Fakhoury(2019):

No que diz respeito ao Mar do Sul da China, os interesses australianos envolvem preocupação com um conflito na região e o projeto chinês de transformação do Mar do Sul da China em seu mar territorial com consequências para o fluxo de comércio na região. Ademais, a política externa australiana expressa preocupação com o desenvolvimento e

presença de um país potencialmente hostil controlando águas próximas ao seu território.

Fato esse que demonstra que os interesses chineses estão cercados por atores em grande parte opostos e que anseiam por um maior equilíbrio de poder na região do MSC. Dentre esses atores externos, àquele que mais se destaca no cenário internacional, influenciando tantos outros, são os Estados Unidos que apesar de sua localização geográfica estar afastada do MSC eles possuem grande influência na região sendo essa região um ponto vital para a economia estadunidense.

Os EUA por sua vez, ampliaram o pacto de defesa que possuíam com o Reino Unido e Austrália, além de possuírem bases militares nas Filipinas, Singapura, Japão e Austrália o que de certa forma monta um cerco estratégico no território do MSC que é reivindicado pelos chineses, que por sua vez contam com uma forte aliança com a Rússia.

Dessa forma torna-se bastante nítido a existência de interesses norte-

O jogo militar no Pacífico

Presença americana no entorno da China



Figura 5: Presença norte-americana no MSC e arredores.

FONTE : O GLOBO

americanos no MSC, principalmente com a intenção de conter os avanços da RPC na região, assim como a maioria dos atores estatais que lá atuam. Portanto, veremos a seguir quais as estratégias e subterfúgios são utilizados pela China para tentar garantir sua soberania na região e o quão bem-sucedida tem sido nos últimos tempos.

A ESTRATÉGIA CHINESA PARA O MAR DO SUL DA CHINA

Buscando alcançar a soberania no MSC e obter o reconhecimento internacional de grande parcela dessa região, como ilustrado anteriormente, a RPC adota diversas estratégias diferentes dentre elas a ocupação de ilhas, a criação de novas ilhas e até mesmo a criação de um tipo de milícia marítima para estender o alcance da Marinha do ELP, de qualquer modo, nem todos os métodos utilizados pela China para impor sua soberania nesse mar é visto de forma legítima pela comunidade internacional.

Reivindicando a soberania sobre os arquipélagos de Paracel, Spratly e Prata, a China pretende conseguir não apenas o domínio dos recursos dessas regiões, que não são muitos se comparados ao restante do MSC, mas principalmente obter um posicionamento estratégico em diferentes pontos da região que garantem o domínio da região marítima adjacente bem como a capacidade de monitorar o tráfego marítimo a partir de bases militares instaladas nas ilhas desses arquipélagos.

A RPC já possui uma grande vantagem com relação aos outros atores locais no que diz respeito a ocupação das ilhas do MSC. De acordo com Pinotti(2015): "...a China ocupa todo o conjunto das ilhas Paracel e quinze formações do arquipélago das Spratlys...". Apesar disso, países como Vietnã e Taiwan também ocupam algumas das ilhas da região embora não de forma tão expressiva.

Grande parte das ocupações chinesas dessas ilhas se dá por meio de instalações de bases militares sendo essas em sua maioria portos e aeroportos que concedem a RPC uma extensão de sua capacidade bélica na região, estendendo a autonomia de suas aeronaves e belonaves e mantendo uma vigilância constante por meio não apenas da presença naval e aeronáutica na região como também através de radares que são colocados nessas instalações.

Uma estratégia chinesa inovadora na disputa pelo MSC é a confecção de novas ilhas, utilizando-se como bases os recifes de corais e atóis em locais

específicos, a RPC faz uso de aterramento em massa nesses lugares para que possam ser realizadas construções, que em sua grande maioria também são instalações militares como aponta Pontes(2018):

Em 2017, a China construiu mais 29 hectares de instalações militares na área do Mar do Sul da China. Este país já possui nestas ilhas artificiais, depósitos de munição, hangares, sistemas de radar de alta frequência, refúgios antimísseis, entre outros. Os incrementos transformam estas ilhas em algumas das mais avançadas bases aéreas e navais da China. Mostram, também, a velocidade com a qual o país asiático equipou militarmente o local.

Sendo assim, a construção dessas ilhas demonstram também a grande capacidade marítima, militar e industrial que a China tem desenvolvido, haja vista que é necessário um grande esforço logístico para transformar recifes no meio do MSC em ilhas e mantê-las como portos e aeroportos militares de grande valor estratégico.

Nesse contexto, a criação dessas ilhas vem causando um grande descontentamento por parte dos outros atores presentes no MSC, inclusive os EUA, que de acordo com Pontes(2018) acusa a China de aumentar as tensões em uma área em que seis governos mantêm reivindicações marítimas, ou seja, a RPC é acusada de forçar sua soberania a medida em que enxerta território e instalações militares de forma irregular em uma área que vem sendo disputada judicialmente em organizações internacionais.

Em sua defesa, Pequim alega que as últimas instalações construídas na região são para uso civil e de defesa e que possui precedentes históricos que lhe dão direito de povoar essa parcela do MSC. Porém, como já foi mencionado, a RPC não é o único Estado que alega ter direitos nas ilhas dessa região devido a fatores históricos o que gera um impasse diplomático e disputas em organizações internacionais que têm se apresentado contra aos interesses chineses.

Outra estratégia chinesa para garantir sua soberania no MSC, trata-se da utilização de atores não governamentais para expandir sua influência na região mais particularmente sua frota pesqueira. Os navios de pesca chineses figuram dentre os mais numerosos em todo mundo, porém, no MSC sua importância cresce de tamanho a medida que essas embarcações vêm recebendo armamentos do governo chinês para servir como uma extensão da marinha de guerra do ELP.

Além de armamentos e equipamentos de rádio, a milícia marítima chinesa também recebe treinamento militar e já provou ser eficaz nas resoluções de conflitos

armados em alguns combates, como na batalha das ilhas Paracel, quando o Vietnã tentou sem êxito expulsar os navios de pesca chineses da região com navios de guerra mas foi sobrepujado por pesqueiros chineses armados com canhões e metralhadoras.

Um fator decisivo na adoção da prática de uma milícia, tanto em terra quanto no mar, está na capacidade de conseguir convocar um grande número de paramilitares e, apesar de fontes diversas afirmarem que não há como precisar um quantitativo exato para o tamanho da milícia marítima chinesa, estima-se que sua frota pode contar com mais de 3.000 pesqueiros atuando, em grande parte no MSC.

A mais simplória porém não menos expressiva estratégia chinesa para garantir seu domínio do MSC tem sido a grande expansão de sua marinha de guerra que vem sendo largamente impulsionado pela indústria da RPC e bastante modernizada em diversos aspectos. De acordo com informações do Pentágono, em termos numéricos a marinha chinesa é, desde o final do ano de 2020, a maior marinha do mundo.

Embora supere em número todas as marinhas do mundo, a tecnologia embarcada nos navios e submarinos chineses ainda não é comparável a do seu maior rival em termos geopolíticos, os EUA. Ainda assim, para o domínio do MSC, ter uma superioridade numérica quando comparada aos demais atores aliado a um intenso patrulhamento da região e uma numerosa milícia marítima tornam a RPC mais próxima de garantir seus interesses no MSC.

Com isso, pode-se perceber que essas estratégias quando combinadas possuem uma influência muito grande sobre as dinâmicas no MSC. Ao combinarmos as ilhas já ocupadas pela RPC com as ilhas artificiais geradas pelos chineses podemos perceber uma expansão do território efetivamente ocupado pela China na região o que proporciona um pleito maior sobre a área marítima adjacente, mesmo que este seja questionado.

Junto a isso podemos ver que a maior marinha do mundo em termos numéricos ainda é complementada por uma enorme milícia marítima que juntas, apesar de não serem tecnologicamente tão avançadas possuem uma capacidade de serem quase que onipresentes no MSC, atuando de forma a dissuadir os outros atores estatais que também buscam a soberania em parcela da região.

Dessa forma podemos perceber que a RPC vem empregando um grande esforço na ocupação e patrulhamento do MSC, atuando em diversas áreas na região

empregando pessoal, meios e recursos para garantir a manutenção de seus interesses mesmo que contrariando os interesses da maioria da comunidade internacional. Portanto, em virtude a tantos avanços bem-sucedidos da China, precisamos analisar quais objetivos de fato a RPC alcançará se for bem-sucedida em suas ambições no MSC.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOMÍNIO CHINÊS NO MSC

Primeiramente podemos avaliar que existe uma mudança da polarização de poder mundial no fim do século XX, com o fim da URSS, que se resumia basicamente nos EUA influenciando econômica e culturalmente a maior parte do mundo no pós-Guerra Fria. Entretanto, nos dias atuais, podemos ver que essa disputa geopolítica tem a China como ator preponderante dessa nova multipolaridade, ou seja, uma vitória para a RPC na soberania no MSC seria uma consequente derrota para os interesses estratégicos norte-americanos e mais um fator de peso a favor dos chineses na balança da geopolítica internacional.

Com isso em mente, podemos verificar que em cada aspecto, sejam eles econômicos, estratégicos ou uma mistura de ambos, a China obteria uma significativa vantagem caso obtivesse o controle do MSC e isso por si só impulsionaria ainda mais o seu crescimento geopolítico e garantiria vantagens para o emprego e expansão de suas forças armadas na região que por sua vez ajudariam a minimizar a problemática apontada por Spykman(1944) onde um Estado que se localizasse no *Rimland*, assim como a China, teria que enfrentar uma constante possibilidade de ser invadido pelo mar.

Dentre os setores da RPC que seriam afetados com o controle do MSC seria a indústria da pesca da região. Embora, a maior parte dos pescadores que já atuem nessa região sejam provenientes da RPC, a soberania sobre esse mar daria grande legitimidade para a intensificação das atividades chinesas e possibilitaria que a sua milícia marítima pudesse ser ainda mais agressiva em manter pescadores das regiões adjacentes fora da área que agora seria por lei parte do território marítimo chinês. Portanto, além de um maior domínio e opressão realizados na região podemos esperar um desequilíbrio na segurança alimentar de todo sudeste asiático, haja vista que o MSC possui cerca de 12% de todo o pescado mundial e é essencial também para indústria de pesca dos demais países que lá se encontram.

Outro setor que será bastante afetado são os recursos energéticos na região, pois, com o domínio de grande parte do MSC a China teria a sua disposição o direito da exploração das grandes reservas de petróleo e gás natural presentes na região. Porém, algo importante de ser pontuado é que muitos países já exploram esses recursos em áreas que a RPC considera como sendo parte de seu mar territorial o que pode vir a ocasionar inúmeros conflitos dependendo de como a China abordará o fato de haver plataformas de petróleo e gás de países vizinhos em seu mar territorial. Se essas instalações seriam confiscadas e se haveria ou não algum tipo de indenização são questões similares às das plataformas de petróleo da Petrobras confiscadas na Venezuela¹¹ e podem ser bastante delicadas.

No âmbito do posicionamento estratégico, com o controle do MSC a China também controlaria a região onde ocorre grande parte do comércio marítimo do mundo e, apesar de ser uma prática comum entre a comunidade internacional respeitar o que é chamado de passagem inocente dos navios estrangeiros, a RPC poderá adotar uma postura que dificulte o trânsito de navios de bandeiras que julguem como desvantajosas para seus interesses e tolerariam ainda menos atitudes como a forte presença americana na região, que como já mencionamos possuem algumas bases na região e, rotineiramente, costumam navegar no MSC para treinamento, como pôde ser evidenciado quando dois porta-aviões norte-americanos adentraram a região em janeiro de 2022¹².

Dessa forma, podemos concluir que os objetivos alcançados pela China se conseguirem a soberania na região do MSC que reivindicam serão muitos, favorecendo a RPC tanto em recursos naturais, em sua matriz energética como também possibilitando o posicionamento estratégico de sua marinha e milícia marítima que lhe permitirão monitorar e até mesmo controlar o fluxo do comércio marítimo na região, deixando países como Vietnã, Filipinas e Taiwan ainda mais vulneráveis. Acima de tudo, o controle do MSC possibilitaria a RPC desbalancear ainda mais a influência dos EUA no sudeste asiático e consequentemente no resto do mundo, haja vista que as disputas que ocorrem nessa região são acima de tudo ideológicas, onde os norte-americanos disputam com os chineses a influência mundial.

11 De acordo com reportagem da Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/venezuela-confisca-duas-plataformas-de-petroleo/>

12 De acordo com reportagem da CNN. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/doi-porta-avioes-dos-eua-entram-no-mar-do-sul-da-china-para-conter-influencia-maligna/>

XXI: O SÉCULO DO DRAGÃO

Existe um ditado chinês que diz que Mao Tsé-Tung unificou a China, Deng Xiaoping enriqueceu a China e que Xi Jinping tornará a China forte. Nesse contexto, podemos dizer que tanto os sistemas econômico e político da RPC foram muito bem consolidados e alcançaram um sucesso consistente tornando a China um país que desequilibra a geopolítica internacional devido ao seus imensos recursos de poder.

Com esse alicerce formado a liderança da RPC, atualmente busca novas estratégias de expansão geopolítica ao redor de todo o mundo, estando presente em quase todos os continentes, seja com atores governamentais ou não, buscando sempre estar cada vez mais presente no cenário político mundial, fazendo diversas obras e políticas, seja explorando a nova rota da seda, atuando na África ou nas Américas.

É em torno dessa presença chinesa que analisaremos nesse capítulo a expansão da RPC fora de seu território nacional, seja com obras de infraestrutura, acordos, alianças e políticas externas que visam sempre impulsionar ainda mais o crescimento exponencial desse dragão do novo século.

A BUSCA PELA NOVA ROTA DA SEDA

Na antiguidade, ficou conhecida como a Rota da Seda, uma série de caminhos que interligavam o extremo oriente asiático ao mediterrâneo e a Europa, em um período em que os chineses dominavam a fabricação da seda a partir da manipulação da fibra branca do casulo do bicho-da-seda e onde este produto era bastante valioso para o mundo ocidental. De acordo com Pautasso (2019), essa rota teria sido a primeira grande rede comercial transcontinental do mundo sendo o embrião dos atuais processos de integração global.

Nesse cenário, a Rota da Seda não era meramente um conjunto de rotas mercantes como afirma Barbosa et al (2016):

A Rota da Seda não era apenas um emaranhado de rotas que transportavam milhares de caravanas com mercadorias das mais diversas do Oriente para o Ocidente. Ela era, sobretudo, um canal importante de comunicação entre os povos que viviam sob seus caminhos. Nela, ocorria a transmissão, em mão dupla, de tecnologias, artes e religiões.

O que indica que desde os tempos antigos a Rota da Seda possuía também uma grande importância nas relações internacionais conectando e integrando diversos povos e culturas, além de ter sido muito utilizada pela China a difundir sua

ideologia de ser o soberano “Império do Meio” fato este que se consumou com as invasões mongóis que fizeram com que, na dinastia Ming, as fronteiras da China fossem fechadas.

Na grande gama de investimentos em infraestrutura nos países estrangeiros que a China vem efetuando na atualidade, o projeto conhecido como o *One Belt, One Road*(OBOR) é um dos maiores e mais importantes. Anunciado primeiramente em 2013 por Xi Jinping, o projeto visa estabelecer e restabelecer diversas rotas marítimas, ferroviárias e terrestres que ligarão a China a Europa passando por diversos pontos-chave da Ásia, Eurásia, Oriente Médio e África.

A tradução do projeto OBOR pode ser lida como “Um Cinturão, Uma Rota” o que é bastante similar a autodenominação chinesa criada por Deng Xiaoping de “Um país, dois sistemas” que se referia a unificação da China continental com as duas cidades que se encontravam sobre sua administração governamental, Hong Kong e Macau. Nesse âmbito, mesmo efetuando uma influência menor do que nessas cidades, o governo chinês pretende expandir sua influência cada vez mais pelos países que serão ligados pelo cinturão.

Essa influência seria impulsionada pelo efeito de *soft-power*¹³ que a manutenção ou construção de diversas rodovias, ferrovias e portos em diversos países da Ásia, Europa e África teria, já que o investimento seria majoritariamente chinês mas os benefícios estariam ao alcance de todos os países da rota. Além disso, haverá uma demanda em cada país de mão de obra para a realização dessas construções, haja vista a grande extensão dessas obras e a demanda logística e o custo que o deslocamento e manutenção de muitos operários chineses despenderia em detrimento da contratação temporária de trabalhadores locais.

De acordo com Barbosa et al(2016) a RPC planeja construir também aeroportos, oleodutos e gasodutos nos países que serão abraçados pelo cinturão, o que aumentaria a complexidade e os custos da infraestrutura do OBOR fazendo com que o projeto seja completado dentro de 30 a 40 anos. Dentre os efeitos produzidos pelo cinturão estariam o aumento da exportação chinesa, permitir o acesso a fontes de energias ao longo da rota, impulsionando ainda mais a produção da RPC, e o estreitamento de laços comerciais e políticos com os países por onde passa o OBOR.

13 *Soft-Power* que pode ser traduzido como poder brando é a capacidade de um Estado de influenciar os demais sem a utilização da força, ao invés disso são usados fatores culturais e ideológicos para cooptar outro Estado a tomar uma ação favorável aos interesses do Estado que aplica seu *Soft-Power*.

chinesa, o que causa um certo alarme em países como a Índia que vê o investimento que a RPC fez em portos no Paquistão e no Sri Lanka com uma certa suspeita. Além disso, essas obras em portos e aeroportos em nações amigas estenderá a cadeia de suprimentos logísticos que possibilitaram ao ELP ter um alcance muito maior do que as forças armadas de qualquer outro país da Eurásia.

Internamente, a RPC seria bastante favorecida também com uma aceleração do crescimento das províncias mais pobres que estariam mais integradas e conectadas as áreas mais prósperas da China que, por sua vez, teriam um favorecimento considerável na indústria energética através dos gasodutos e oleodutos que seriam construídos, retirando assim a grande dependência do transporte marítimo desses insumos e reduzindo a fragilidade da matriz energética chinesa ao estreito de Malaca.

Outro aspecto interno importante seria o crescimento daquelas empresas de grande importância estratégica que são controladas pelo governo central da China. Essas corporações seriam favorecidas através de novos contratos e infraestruturas além de combinar os seus projetos atuais de reestruturação com um ambiente favorável de investimentos e incentivos que permite completá-los. De uma maneira geral, grande parte das empresas chinesas, estatais ou não, se beneficiariam do *OBOR* através da facilitação logística que sua confecção traria.

No contexto dos Estados que podem vir a enxergar o *OBOR* como uma ameaça temos os EUA como protagonista. Além de uma grande tendência de sino centralização que a Nova Rota da Seda trará para grande parte das nações do *Rimland*, de acordo com Pautasso (2019): “o êxito da Nova Rota da Seda depende da capacidade de Moscou e Pequim lidarem com o recrudescimento de desafios securitários no seu entorno estratégico”. Fato este que representaria uma aproximação do eixo sino-russo que se opõe as diversas medidas de contenção da Rússia aplicadas por Washington.

De uma maneira geral, a aliança da RPC com a Rússia, que se fortalece muito com o projeto da Nova Rota da Seda, é uma preocupação válida para os norteamericanos haja vista que tal fato começa a marcar cada vez mais o fim da unipolaridade hegemônica dos EUA no mundo que começou nos anos 1990 com a dissolução da URSS.

Portanto, o *OBOR* é um projeto que garantirá crescimento econômico, interoperabilidade e circulação monetária em grande parte da Eurásia e que, apesar

de Pequim alegar ser pautado na ascensão pacífica chinesa, pode levar a uma política de sino centralização que remonta os pensamentos arcaicos do “Império do Meio” onde a China se considerava o centro do mundo e que as demais nações eram civilizações bárbaras que deveriam pagar tributo e reconhecer a soberania chinesa para terem o direito de ter acesso ao mercado chinês.

A PRESENÇA CHINESA NO HEARTLAND E NO RIMLAND

Duas definições de grande importância para o entendimento geopolítico são as de *Heartland* de Mackinder(1904) e de *Rimland* de Spykman(1944) que apontaram ainda no início e meados do século XX a importância estratégica de regiões localizadas no que são consideradas as áreas chaves para uma possível hegemonia global. Com isso, o Estado que desejar exercer a soberania no mundo deverá controlar ou conter o poder dos Estados que se fazem presentes nessas duas regiões.

O conceito de *Heartland*, ou coração da terra, de Mackinder define uma região localizada na Eurásia que seria o pivô das disputas pelo controle de poder mundial, tal localidade já foi utilizada pelos antigos povos bárbaros asiáticos para pressionar os povos que futuramente se tornariam os grandes Estados europeus. Para Mackinder o *Heartland* era uma região chave do que ele denominava “Ilha Mundo”, que por sua vez seria toda a Eurásia, região onde historicamente ocorreram as disputas territoriais mais importantes para a geoestratégia global.

Uma frase popular de Mackinder(1919) é: “Quem governa a Europa Oriental comanda o *Heartland*; Quem governa o *Heartland* comanda a Ilha-Mundo; Quem governa a Ilha-Mundo comanda o Mundo.” O que demonstra, desde o início do século XX a preocupação de importantes estudiosos com a região em que hoje está situado, em sua grande maioria, o território da Rússia que no século passado era vista pelo autor como um novo império mongol com o potencial de utilizar de suas extensas planícies para pressionar países como Polônia, Turquia, Índia e China.

Na época da elaboração da teoria do *Heartland*, Mackinder previa que o Estado pivô, aquele que se concentrasse na maior parcela do coração da terra, ou seja, a Rússia, poderia expandir-se para terras marginais da Eurásia, o que lhe garantiria o acesso a recursos que o permitiriam tornar-se também uma potência naval e conseqüentemente estar ainda mais próximo de uma dominação global. Nesse mesmo quesito, ainda no início do século passado, o autor versava que uma aliança

da Rússia com a Alemanha poderia ser uma ameaça para o equilíbrio de poder mundial.

Atualmente, vemos que a Rússia já se consagrou como uma potência naval e que continua sendo detentora de grande parcela do *Heartland* possuindo uma aliança muito próxima da China, que pode ser considerada uma aliada mais forte que a Alemanha embora não esteja localizada perto dos grandes Estados da União Europeia. Ainda assim, podemos observar que a Rússia não se encontra mais perto do que a China no estabelecimento de uma hegemonia com influência intercontinental.

Tal fato nos leva a analisarmos a segunda teoria em questão, a “*Rimland*” de Spykman. Nessa análise, a região denominada *Heartland* perde um pouco sua importância sendo preterida pela região costeira em seus arredores. Tal região serviria como um grande círculo de contenção para o que Mackinder entenderia como Estado pivô e, por poder ter um grande potencial naval e terrestre seria de maior importância geoestratégica do que o próprio coração da ilha mundo.

Circundando o *Heartland*, logo após uma cadeia montanhosa que protege as planícies da região, estaria localizado o que foi designado como crescente interior(*Rimland*), uma área costeira que cerca o *Heartland* em todas as direções exceto ao norte, como podemos ver na descrição de Spykman(1943, p 47, tradução nossa¹⁴):

o crescente interior, pode ser mais efetivamente referido como o rimland, um nome que define seu caráter com precisão. A cadeia circundante de mares marginais e mediterrâneos que separa o continente dos oceanos constitui uma rodovia marítima circunferencial que liga toda a área em termos de poder marítimo.

Spykman atribuía aos Estados localizados na *Rimland* a responsabilidade de conterem o avanço do Estado pivô, localizado no *Heartland*, para que com isso pudesse haver um equilíbrio de poder global. O autor também atribuía aos EUA um papel central na geopolítica da ilha mundo, devendo os norte americanos atuarem ativamente para garantir o equilíbrio de poder nessa região e consequentemente no resto do mundo.

14 Do Original: “the inner crescent, may more effectively be referred to as the rimland, a name which defines its character accurately. The surrounding string of marginal and mediterranean seas which separates the continent from the oceans constitutes a circumferential maritime highway which links the whole area together in terms of sea power.”

Além disso, o *Rimland* pode ser dividido em três partes de acordo com Spykman(1943, p.49, tradução nossa¹⁵): “o crescente interior dos Estados anfíbios em torno do *Heartland* consiste em três seções: a terra da costa europeia, a terra do deserto árabe-oriental médio, e a terra das monções asiáticas”. Que completa que, para os navegantes, as terras asiáticas parecem uma única região com uma acessibilidade fácil pelo mar, além de estarem protegidas do *Heartland* pelas cadeias montanhosas do Himalaia e do Tibet e pelos desertos de Sinkiang e da Mongólia.

Dessa forma, podemos perceber que, na ótica de Spykman e Mackinder, tanto a China quanto a Rússia desempenham papéis fundamentais na disputa de poder global, seja pelos recursos naturais que possuem, na geografia e no posicionamento estratégico de seus territórios. Uma previsão que Mackinder fez com relação ao Estado pivô em *Heartland*, seria a capacidade de explorar as vastas planícies da região através de ferrovias o que se concretizou e nos dias de hoje vem sendo reforçado pela aliança com a China e o projeto *OBOR*.

Além disso, a aliança sino russa faz com que a influência desses Estados se expandam mutuamente por uma área que une tanto o coração da terra quanto o crescente interior o que causa um desequilíbrio considerável na balança de poder na Eurásia, a medida que a Rússia, uma forte e experiente potência militar, nuclear e espacial, se une a China, uma rica e populosa potência econômica e tecnológica. Esse cenário não apenas desequilibra o poder da Ilha Mundo, como também faz com que esses países tornem-se cada vez mais confiantes em realizarem investidas territorialistas em seus arredores como pode ser exemplificado pelo ataque russo à Ucrânia e as ações dissuasórias da China à Taiwan.

Portanto, podemos analisar que a presença chinesa no *Rimland*, é algo considerável devido a grande parte de seu território nacional se encontrar nessa região e pela sua presença no MSC estar cada vez mais sendo imposta, o que lhe confere uma maior segurança e autonomia para desenvolver uma capacidade naval e anfíbia significativa. Nesse mesmo contexto, a aliança da RPC com a Rússia fornece ao dragão asiático um maior acesso diplomático e comercial com o Estado pivô em *Heartland* que é potencializado por projetos de benefício mútuo como *OBOR* que, se bem-sucedidos, prometem uma integração sino russa que pode ser

15 Do original: “the inner crescent of amphibian states surrounding the heartland consists of three sections: the European coast land, the Arabian-Middle Eastern desert land, and the Asiatic monsoon land.”

ainda mais perigosa tanto para os Estados que antagonizam com esses dois gigantes quanto para o equilíbrio de poder mundial.

A PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA

Explorada durante centenas de anos pelas grandes potências europeias, a África abriga diversos povos, etnias e religiões possuindo algumas das áreas mais conflituosas e instáveis do mundo. Porém, a vasta gama de recursos naturais e oportunidades de empreendimento atraem países desenvolvidos ao redor de todo o mundo, que podem vir a engrandecer o continente a partir de investimentos e acordos de benefício mútuo, ou simplesmente disfarçar uma neocolonização velada em falsas boas intenções.

Por mais que tenham sido enfatizadas na atualidade, as relações entre a RPC e a África remontam aos anos 50. Nessa época a diplomacia era dificultada pelos problemas internos chineses e pelo fato da maioria dos países africanos ainda encontrarem-se sobre o domínio de algum Estado europeu. Porém, de acordo com Ming (2004) duas medidas nesse período foram cruciais para o fortalecimento das relações sino africanas.

A primeira delas foi a proclamação dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”¹⁶, em 1954 onde a RPC adotou diversas medidas para desenvolver a relação com países recém-independentes da Ásia, África e América. A segunda medida foi a convocação da conferência Afro-Asiática realizada na Indonésia em 1955 e que foi o primeiro contato de Zhou Enlai – então primeiro-ministro e ministro do exterior da RPC – com líderes africanos.

No ano seguinte, a China estabeleceu relações diplomáticas com o Egito, primeiro país do continente africano a relacionar-se com a RPC. Após isso, mais países da África começaram a se relacionar com a China como versa Ming(2004, p.236): “Na década de 50, mais precisamente entre 1956 e 1959, a China estabeleceu sucessivamente relações diplomáticas com cinco dos nove países que acabavam de tornar-se independentes: Egito, Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné.”

O tipo de diplomacia executada pelos chineses na África em muito contribuiu para a popularização da RPC no continente, haja vista que os cinco princípios de coexistência pacífica reforçava a autonomia dos países recém-independentes e

16 De acordo com Ming(2004, p.235) são os seguintes:

1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não-agressão mútua; 3) não-ingêrência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas; e 5) coexistência pacífica

estimulava um movimento de descolonização do continente africano o que fortaleceu a influência chinesa no continente e enfraqueceu o colonialismo das antigas potências europeias que, em muitos casos, estavam ainda se recuperando da Segunda Guerra Mundial.

Essa aliança sino africana estava presente numa pauta chinesa de influenciar e promover suas relações políticas nos países subdesenvolvidos, que como comenta Ming (2004, p.238):

Assim, com o objetivo estratégico de “sustentar a revolução mundial” e estender sua influência política, a China alinhou-se firmemente ao lado do povo africano, apoiando-o incansavelmente na sua luta para a descolonização da África e para a libertação nacional, fornecendo ao povo africano, na medida de suas possibilidades, ajuda material, armamentista e financeira

Dessa forma, é notório que as relações sino africanas tiveram um forte alicerce construído com bastante assistencialismo, apoio político-ideológico e *soft-power*, o que torna ao longo dos anos a China como um dos principais aliados do povo africano. Desde essa época existem vários projetos de infraestrutura, recursos naturais, indústria têxtil e agricultura realizados pela China no continente africano sendo os principais setores de investimento direto da RPC o petróleo e gás, a mineração, energia, construção e manufaturas.

Consequentemente, a RPC vem conseguindo diversas vantagens em suas relações com a África como pontua Esteves *et al* (2011, p. 81):

Do ponto de vista prático, a cooperação chinesa na África traduz-se principalmente em empréstimos concessionais, em grande parte direcionados a empresas alinhadas a Pequim (Davies *et al*, 2008, p.52). Geralmente pertencentes ao setor de infraestrutura, as empresas beneficiadas são costumeiramente ligadas à indústria extrativista, à produção de energia ou ao escoamento de matérias primas – necessárias à manutenção do acelerado crescimento econômico chinês

Ou seja, as relações com a África vem impulsionando o mercado financeiro da RPC, bem como fortalecendo muitas empresas controladas pelo governo central de Pequim, além de ser fonte de valiosas matérias-primas que servem para contribuir com o crescimento chinês. Em contrapartida, o continente africano vem recebendo diversas assistências da RPC como ajuda humanitária, cooperação técnica e para o desenvolvimento de recursos humanos, o perdão de dívidas, a concessão de bens e serviços e assistência na formulação de projetos.

Todavia, três grandes métodos de investimento direto que a RPC tem feito na África se destacam como as mais rentáveis para os chineses, estando eles no ramo

de indústria e infraestrutura, no setor financeiro e na área do extrativismo como ressalta Esteves et al (2011, p. 81):

1) a promoção de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) em território africano, nas quais empresas chinesas estariam sujeitas a incentivos fiscais à sua instalação e manutenção no local; 2) preferência continuada pelos empréstimos concessionais, cujas condições favoráveis de pagamento somam-se a níveis variados de restrição quanto à contratação de fornecedores de bens e serviços do país credor; e 3) difusão do modelo de Angola, caracterizado pela utilização de recursos naturais como garantia de pagamento dos empréstimos contraídos

Analisando cada um dos três grandes métodos acima, podemos verificar que o interesse chinês nos países subdesenvolvidos da África pode estar sendo motivado por razões menos nobres do que é anunciado pela RPC. A medida que tem ocorrido cooperações técnicas pode ocorrer uma grande capacitação de trabalhadores africanos para operarem nas empresas chinesas que estariam se instalando no continente africano graças ao primeiro método explicado e que pode abrir oportunidade para Pequim explorar uma mão de obra ainda mais barata do que aquela encontrada em território chinês.

Com relação ao segundo grande método, a preferência continuada pelos empréstimos concessionais, que, embora ofereçam condições específicas de pagamento, restringem o país credor quanto a contratação exclusiva de fornecedores de bens e serviços e pode fazer com que esses países subdesenvolvidos sejam atraídos a contraírem dívidas que, quando não conseguirem ser quitadas, poderão ser pagas, de acordo com o terceiro método, utilizando-se do extrativismo de recursos naturais que, por sua vez, poderia caracterizar uma forma chinesa de neocolonização baseada em acordos financeiros e estar intimamente relacionado a danos ao meio ambiente da mesma forma que ocorre no território chinês.

Analisando a situação por uma outra ótica, podemos perceber que os empreendimentos chineses na África têm surtido um efeito muito mais considerável do que as medidas adotadas pelas potências do ocidente. A capacitação de mão de obra técnica, aliada a industrialização produz um efeito de capacitação e diminuição da pobreza que não era dada muita ênfase por nenhuma outra potência global e os empréstimos aliadas as obras de infraestrutura garantem um crescimento considerável desses países subdesenvolvidos.

Portanto, de acordo com Esteves *et al* (2011) talvez a resposta para o equilíbrio e sustentabilidade das atividades chinesas na África reside na interação entre a

China e o Ocidente onde a RPC com sua competitividade no território africano motivaria as potências ocidentais a investirem mais em infraestrutura desse continente e na erradicação da pobreza e, por outro lado, as pressões ocidentais com relação as atividades chinesa na África levaria a RPC a adotar condições que serão mais assertivas com relação aos direitos humanos e impactos ambientais na África.

A PRESENÇA DA CHINA NAS AMÉRICAS

A América Latina por um longo período de tempo foi influenciada pelos EUA. Desde os tempos da doutrina norte-americana Monroe no início do século XIX que pregava o slogan “A América para os americanos”, visando uma não intervenção dos grandes Estados europeus que possuíam muitas colônias na região e, posteriormente, com a política do “*Big Stick*”¹⁷, onde Theodore Roosevelt incentivou um intervencionismo mais coercitivo na política de todos os países americanos. Tais políticas americanas foram os alicerces que futuramente incutiriam na América Latina o “*American way of life*”¹⁸ que enaltece o capitalismo e a competição de mercado e coloca os EUA como um modelo a ser seguido para grande parte do continente americano.

A China por sua vez, devido a notável distância geográfica e diferença ideológica do *hegemon* do continente americano, não possui um longo histórico de relacionamentos com a América Latina. De acordo com Ellis (2015, p.72):

Antes da admissão da República Popular da China (RPC) na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, as interações comerciais chinesas com a América Latina e o Caribe eram mínimas, ainda que em crescimento acelerado.

Dessa forma pode-se observar que a intensificação das relações chinesas com os países americanos data do início do novo milênio, porém, nesse período elas já se demonstraram como um agente transformador nos cenários comercial, empresarial, financeiro e político. De acordo com Ellis(2015), após adentrar para a OMC o comércio subiu quase dez vezes no período de uma década, saindo de U\$29 bilhões em 2003 para U\$270 bilhões em 2012.

A forma como as relações comerciais entre a China e os países subdesenvolvidos da América Latina acontece pode ser um pouco preocupante,

17 Política do “Grande Porrete”. Sua inspiração, na tradução livre: política do grande porrete veio de um provérbio africano, no qual dizia “fale com suavidade, e carregue um grande porrete, assim irá longe”

18 Do Original: Estilo de Vida Americano.

tendo em vista que a RPC importa produtos primários desses países e exporta uma grande variedade de produtos fabricados na China, fato esse que aliado a grande capacidade industrial chinesa pode representar uma dificuldade para que esses países desenvolvam suas próprias zonas industriais capazes de competir com a RPC o que acaba tornando esses países presos ao extrativismo de matéria-prima.

E com relação aos investimentos chineses, esses vêm se intensificando e diversificando gradativamente como aponta Ellis(2015, p. 72):

A nova onda de investimentos chineses na região teve início por volta de 2009, concentrando-se em quatro setores, cada qual com sua própria lógica e dinâmica: (1) petróleo, metais, minerais e outros produtos primários; (2) construção; (3) manufatura; e (4) serviços selecionados, incluindo telecomunicações, atividades bancárias e logística.

Ou seja, um tanto quanto similar aos métodos utilizados no continente africano, a China também busca na América Latina o direito de explorar recursos naturais, principalmente o petróleo, além de fazer um considerável investimento em infraestrutura que busca potencializar a sua própria economia. Vale ressaltar também a disputa pela influência digital na América Latina, com a China e os EUA em uma corrida que coroará o principal fornecedor da tecnologia 5G.

Os vastos investimentos chineses em infraestrutura na América Latina tem como foco melhorar regiões portuárias, modernizando e ampliando portos a medida que também são construídas ferrovias que visam facilitar a interiorização e escoamento dos produtos importados e exportados. Tais investimentos estão presentes do México até a América do Sul e podemos destacar a empreitada chinesa de construir um canal na Nicarágua que unirá os Oceanos Atlântico e Pacífico, assim como o canal do Panamá, e fortalecerá a consolidação chinesa nos mercados latino-americanos.

Por outro lado, essa grande busca chinesa por conectar, seja por rodovias, ferrovias ou hidrovias, os países latino-americanos vem causando um aumento no crime organizado da localidade, a medida que os projetos em hidrovias interiores facilitam o escoamento do garimpo e desmatamento ilegal e as novas rotas nos rios e em rodovias criam oportunidades para o narcotráfico e para contrabando, além de se tornarem um facilitador para outros crimes como roubo a navios de combustível que abastece as embarcações de criminosos nessas hidrovias.

A presença chinesa também vem ocorrendo no âmbito das forças armadas latino-americanas. Tanto houve um aumento na importação de armamento e

tecnologia militar chinesa por parte de muitos países da América Latina, quanto ocorreram mais intercâmbios entre militares desses países em academias chinesas e vice-versa demonstrando cada vez mais um enfraquecimento da influência norte-americana na região.

No contexto da influência, todos esses aspectos mencionados vem minando o domínio dos EUA sobre os seus vizinhos do sul, como aponta Ellis(2015, p. 76):

Embora os US\$ 814,5 bilhões do comércio norte-americano com a América Latina e o Caribe registrados em 2012 ainda sejam mais que o triplo do valor de US\$ 270,8 bilhões registrados entre a região e a China, a RPC ultrapassou os EUA em muitos países individuais em relação ao volume de comércio bilateral, incluindo Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Panamá, e é o segundo ou terceiro maior parceiro para a maioria dos demais países.

Fato esse que vem demonstrando que o crescimento da China na América Latina tomou medidas exponenciais e já influência como esses países enxergam as formas de governo norte-americanas e chinesa, gerando em alguns países o questionamento se o estilo americano de democracia e livre mercado e o “*American Way of Life*” são realmente a melhor alternativa para alcançar a prosperidade. Dessa forma, utilizando-se mais uma vez do *soft-power* exercido pela vasta gama de investimentos e empréstimos, a China consegue crescer sua popularidade em mais um continente longínquo.

De uma forma geral, a RPC tem sido bem-vista nos países americanos onde têm expandido sua influência, por ter atraído a atenção das elites políticas e empresariais desses países se apresentando como uma nova alternativa de investimentos e empréstimos a opinião pública tem pesado a favor da China, de acordo com Ellis(2015). Em uma pesquisa realizada nos países latino-americanos onde a RPC exerce algum tipo de influência 63% dos entrevistados avaliaram essa influência como “positiva” ou “muito positiva”.

Essa influência que a China vem exercendo na América Latina tem como um de seus objetivos garantir interesses da RPC em assuntos “domésticos” como, por exemplo, a questão da ilha de Taiwan, como aponta Basso(2016, p. 53):

. A AL¹⁹ tornou-se uma região estratégica na defesa de tal interesse porque 12 dos 23 países que reconhecem Taiwan como um governo independente, estão localizados na América Latina e Caribe (Belize, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas).

Ou seja, para conseguir realizar um tipo de cerco diplomático à Taiwan e conseguir anexar seu território sem que haja o uso de força bruta, é necessário que cada vez menos países da comunidade internacional reconheçam a ilha como um Estado independente. Além disso, a China pode ganhar mais apoio internacional em outras questões asiáticas como suas reivindicações no MSC.

Outro interesse chinês na América Latina está na exploração de um amplo mercado consumidor que, segundo Cintra (apud BASSO, 2016, p.51): “com uma população de mais de 600 milhões de pessoas e uma economia de US\$ 4 trilhões, a AL é um mercado atrativo para os produtos chineses”. População esta que é em sua maioria constituída por uma classe média que vê vantagem em consumir os produtos baratos que são fabricados na China.

Portanto, pode-se perceber que as motivações da RPC se inserir econômica, política e diplomaticamente nas Américas é, guardando as devidas proporções e peculiaridades, similares àquelas que motivaram as relações sino africanas. Existe um interesse crescente da China nos recursos naturais, principalmente no petróleo, desses continentes, bem como cada vez mais as indústrias chinesas necessitam de um público consumidor maior para seus produtos.

Dessa forma, a maioria dos investimentos em infraestrutura nas Américas visa favorecer esses principais interesses da RPC e, como um efeito secundário, porém não menos importante, a popularização chinesa nos países em que ela vem se inserindo tem como objetivo elevar o apoio que é dispensado para suas questões mais polêmicas na geopolítica internacional.

O BRASIL E SUA POSIÇÃO NESSE CENÁRIO

Sendo o maior PIB da América Latina, o Brasil, assim como a China, também se apresentou como um forte candidato a nova potência mundial no início do século XXI. Dessa forma, as relações entre esses dois emergentes deveria se dar de forma igualitária e proporcional. Porém, alguns questionamentos a respeito das interações sino-brasileiras são levantados a medida que o Brasil tem tido dificuldades para avançar sua industrialização e se limita a ser um exportador de bens primários para a China, como o minério de ferro que, em 2019, importou 59% de toda exportação brasileira desse insumo²⁰.

20 De acordo com a reportagem: <https://www.fazcomex.com.br/comex/exportacao-de-minerio-de-ferro/>

Embora a exportação de minério de ferro, em particular para a China, seja bastante rentável para o Brasil, temos que analisar o fato que, de acordo com levantamento feito pela distribuidora de aço Giassi Ferro e Aço²¹, o Brasil se encontra em 9º no ranking mundial de produção de aço enquanto a China se encontra em 1º lugar. Com isso vale pensar se é preferível continuar exportando cada vez mais um produto primário que, por sua vez, é mais barato como o minério de ferro, ou se não seria melhor expandir as empresas siderúrgicas nacionais e aumentar a produção interna de aço que, por ser um produto final mais lucrativo, impulsionaria a economia do país.

Ainda no aspecto nas exportações brasileiras para a RPC, um setor que explora bastante a complementariedade das necessidades de ambos os países são os gêneros alimentícios. Por ter uma população gigantesca, a China tem dificuldades para ser autossuficiente em alimentar a sua população, e por outro lado, o Brasil é um forte produtor e exportador de produtos agrícolas. Porém, o que poderia ser uma relação comercial perfeita pode se deparar com obstáculos para o Brasil se a China decidir utilizar estratégias que a favoreçam unilateralmente como aponta Vieira *et al* (2016):

Esse cenário de complementariedade sugere que uma aliança sino-brasileira, na qual o Brasil alimentaria a China com produtos agrícolas, entre outras matérias-primas, e a China financiaria o desenvolvimento do Brasil, seria virtuosa e vitoriosa no contexto global. Porém, essa premissa virtuosa esconde a possibilidade de a China “engolir” o Brasil, quer seja fomentando competidores internacionais ao Brasil, quer seja financiando apenas iniciativas do seu interesse e que restrinjam o desenvolvimento econômico brasileiro.

Esses financiamentos chineses seletivos, que ocorrem em todos os países onde a RPC tenta se inserir, podem vir a se tornar preocupantes para o desenvolvimento brasileiro como foi a tentativa chinesa de comprar um polo pesqueiro no Atlântico Sul, inicialmente em 2013 no Uruguai e, posteriormente, no Brasil no Rio Grande do Sul²². Tal polo, se concedido por algum dos Estados da América do Sul, abriria as portas para a pesca predatória chinesa que já assola o MSC e se faz presente ao redor de grande parte do sul dos oceanos Atlântico e Pacífico, além de favorecer violações de legislações de proteção ambiental e comprometer sobremaneira a indústria pesqueira local podendo trazer um prejuízo

21 De acordo com a reportagem: <https://giassiferroeaco.com.br/maiores-produtores-de-aco-do-mundo-2019/>

22 De acordo com a reportagem: <https://areferencia.com/americas/china-planeja-expandir-pesca-no-atlantico-sul-com-um-porto-no-litoral-gaucha/>

econômico e ambiental muito superior aos US\$30 milhões que ofereceram pelo polo pesqueiro.

Com isso, o Brasil precisa ter cautela redobrada quando se trata de negociar com a China, haja vista que em grande parte dessas negociações pode-se deparar com efeitos colaterais extremamente maléficos. Ainda assim a China figura como um dos principais parceiros comerciais do Brasil, devido, grande parte, a importância que a RPC adquiriu para o Brasil, principalmente em termos de exportação como demonstra Basso (2016, p. 68):

No ano de 2001, dentre as economias que exportam para o Brasil, a China era o 9º maior exportador do país, com exportações na safra de US\$1,328,389 – atrás dos EUA, Argentina, Alemanha, Japão, Itália, França, Coreia e Nigéria. Rapidamente a sua crescente relevância refletiu-se no ganho de posições em um período de tempo relativamente curto: em 2002 a China passou a ocupar a 7º posição (US\$ 1,553,994) dentre os exportadores brasileiros; em 2003 a 5ª posição (US\$ 2,147,799); em 2004 a 4ª posição (US\$ 3,710,477); em 2006 a 3ª posição (US\$ 7,989,343); em 2007 a 2ª posição (US\$ 12,617,755), atrás apenas dos EUA; e em 2012 tornou-se o principal exportador para o Brasil, superando os EUA (US\$ 34,248,498). A China manteve sua posição, e em 2014 exportou para o Brasil um total de US\$ 37,345,607.

Além disso, ainda segundo Basso (2016) a China também ocupa o 1º lugar no ranking de importador de produtos brasileiros, gerando em 2014 um valor de US\$ 40,6 bilhões para o Brasil o que ao mesmo tempo ressalta a importância de negociarmos com a RPC mas gera um alerta para uma possível dependência do mercado chinês o que seria desvantajoso tanto numa possível crise econômica chinesa quanto se a China decidisse tentar fomentar a competição internacional ou realizar alguma manipulação do mercado para baratear seus gastos.

Em meio a tantas importantes transações comerciais entre Brasil e China, um outro fator que estreita a relação desses dois países é o fato deles pertencerem aos BRICS, que é um grupo de cinco potências emergentes do século XXI, onde encontram-se também: Rússia, Índia e África do Sul. Apesar de não serem um bloco econômico propriamente dito, os BRICS já efetuaram vários encontros para discutir políticas para impulsionar a sua ascensão ao “primeiro mundo” e já tomaram ações em conjunto importantes como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, que serve como uma alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional(FMI) para concessão de crédito a países emergentes que necessitem de investimento em infraestrutura e desenvolvimento.

De acordo com Niu (2013) a China teria a capacidade de aumentar a voz das potências emergentes no sistema internacional e, conseqüentemente, aumentar a capacidade de negociação com as potências mundiais em vigor. Além disso, sendo a maior parceira comercial de todos os países do BRICS, a RPC poderia construir uma economia global mais robusta e equilibrada através de uma maior aproximação entre os membros do agrupamento de emergentes. Por fim, ainda de acordo com Niu(2013), seria de interesse da RPC a manutenção de que cada país do BRICS preserve seus interesses em suas regiões para que seja mantida a paz, a estabilidade e a prosperidade nesses locais.

Em contrapartida, os BRICS e em especial o Brasil, enfrentam alguns problemas para se desenvolverem, dentre deles podemos listar o fato da indústria chinesa impactar bastante o desenvolvimento industrial de países como Brasil e Índia, o fato dos interesses e ideologias dos países desse agrupamento serem por vezes divergente, dificultando acordos diplomáticos, e a necessidade de cada um desses países assumir um papel de liderança em sua região, o que muitas vezes pode ser afetado pelas próprias intervenções chinesas quando a RPC busca expandir sua influência através de empreendimentos nesses países.

Outro aspecto relevante é que através dos Investimentos Externos Diretos(IED) a RPC vem adquirindo uma parte considerável de empresas brasileiras como demonstra Basso(2016, p.70):

Segundo a CEBC 2011, a maioria dos investimentos anunciados no Brasil deram-se por meio de Fusões & Aquisições (que caracteriza-se pela compra total ou parcial, por parte de estrangeiros, das empresas situadas no país), totalizando 67% dos IED chineses. Tem-se como exemplo a aquisição de 40% das ações da Repsol Brasil por parte da Sinopec, no valor de US\$ 7,1 bilhões.

Apesar disso, existe uma parte dos IED chineses no Brasil que estão sendo dedicados para o desenvolvimento da indústria local, embora essa esteja ainda sobre o controle administrativo de empresas da RPC, como pode ser visto no estudo de Basso(2016, p.70):

Os investimentos em Greenfield (quando o investidor estrangeiro constrói instalações totalmente novas no país destino) ocorrem em menor volume, 23%, exemplificadas pela Chery, que construiu uma fábrica no interior de São Paulo com o valor de US\$400 milhões.

Por fim, a menor parcela dos IED da RPC no Brasil está dedicada, de acordo com Basso(2016), nas *Joint Ventures* (que seria uma associação, sem caráter definitivo, para realização de determinado empreendimento comercial, dividindo

obrigações, responsabilidades e lucros) estão alocados apenas 10% dos IED a exemplo da Wuhan Iron Steel Group e o grupo EBX para a instalação de uma siderúrgica no valor de US\$ 3,5 bilhões no Brasil, que por sua vez, seria uma medida que poderia resolver a problemática da baixa produção de aço no Brasil se for administrada de forma correta.

Porém, em tempos mais recentes, com o advento da pandemia de Covid-19, os investimentos chineses no Brasil diminuíram consideravelmente, apesar disso, um estudo do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC) feito por Cariello (2021) apontou que em 2021 empresas chinesas investiram US\$ 5,9 bilhões no Brasil, valor 208% superior ao de 2020 e o maior desde 2017 e, de acordo com o *China Global Investment Tracker*, é estimado que o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos chineses no mundo em 2021, com a participação de 13,6% do total investido pela RPC.

Ainda de acordo com o estudo de Cariello(2021) esse crescimento em 2021 dos investimentos no Brasil ocorreu em detrimento a investimentos em grandes empreendimentos chineses já consagrados, como seu investimento nos EUA, na Austrália e na OBOR que caíram respectivamente 27%, 70% e 41%. Esse fato demonstra tamanha importância que a China tem dado aos investimentos em solo brasileiro e, de certa forma, pode transmitir uma maior confiança por parte do empreendedor brasileiro em aderir a novos projetos com empresas chinesas.

O estudo também atualiza que o setor de eletricidade liderou o número de projetos chineses, seguido pelo setor de tecnologia da informação e que, 51% dos investimentos chineses no Brasil em 2021 vieram via *Greenfield* enquanto 49% foram aquisições, o que demonstra que possui um equilíbrio relativo dentre os investimentos que podem alavancar a industrialização e o crescimento de novas empresas em diversos setores no Brasil com aqueles que podem acabar retirando os cargos de chefia de brasileiros e passando para executivos chineses.

Ainda assim, quando analisamos o montante investido em determinado setor, a extração de petróleo e gás liderou por uma grande diferença os investimentos chineses no Brasil com cerca de U\$ 5 bilhões, sendo quase dez vezes maior que os investimentos no setor de eletricidade embora tenha apenas 7% do número de projetos confirmados. Tal fator pode indicar que existe uma tendência chinesa em explorar mais a extração de recursos naturais estratégicos que venham a lhe favorecer e importá-los do que desenvolver os demais setores no Brasil.

Com isso, pode-se perceber que, embora bastante lucrativa, a parceria com a China nem sempre se torna benéfica ao Brasil, ao passo que existe uma grande tendência de “primarização” da economia brasileira diante do apetite do dragão chinês que busca importar tudo aquilo que ele mais precisa, seja minério de ferro, gêneros alimentícios ou petróleo, enquanto isso, poucos desenvolvimentos industriais e principalmente tecnológico são feitos e esses são os alicerces para que o Brasil deixe de ser um país subdesenvolvido.

Dito isso, de acordo com Santos(2022), a resposta para um relacionamento mais saudável com a RPC estaria na diversificação dos países para os quais o Brasil exporta seus produtos, dessa forma estaríamos diminuindo a nossa dependência com a China e consequentemente seríamos menos afetados por possíveis quedas do mercado chinês ou por possíveis mudanças estratégicas efetuadas pelos líderes da RPC visando uma maior vantagem comercial nas transações com o Brasil.

CONCLUSÃO

Em primeiro, é inegável que a China vem crescendo cada dia mais e busca ocupar uma maior posição de destaque no cenário internacional, como foi verificado no primeiro capítulo desse trabalho. Em segundo lugar, não pode ser ignorado o fato da RPC ser um país com regime ditatorial, que negligência o próprio povo que possui rotinas de trabalho abusiva, salários abaixo da média global e em alguns casos até mesmo ocorrem tipos de trabalho escravo como os de pescadores apresentado no segundo capítulo. Por fim, podemos pontuar que existe uma tendência cada vez maior, embora que desacelerada pela pandemia de Covid-19, da China expandir seus projetos e investimentos para diversos outros países. Porém, ao analisarmos os dados do capítulo três, percebemos que grande parte desses investimentos e projetos estão alocados em países em vias de desenvolvimento nos quais a China pode moldar tais crescimentos a seus próprios interesses. Além disso, cabe pontuar que o setor onde a China mais investe nesses países é o de petróleo e gás seguido do setor de energia elétrica.

Dessa forma, é necessário acautelar-se para com os interesses chineses, levando sempre em consideração que, embora a China sempre alegue estar norteando seu crescimento em uma colaboração harmoniosa com o resto do mundo, não devemos esperar um tratamento melhor do que aquele que é despendido à própria população chinesa que, por sua vez, não tem sido tratada de forma tão benéfica. Outro fator já ilustrado nesse estudo, são as relações da China com Hong Kong, que sofreu pressões econômicas para se reintegrar a RPC, cedeu as pressões recebendo a garantia de Pequim que manteria sua democracia mas não foi atendida com relação a isso, como é relatado na reportagem de Braun (2021):

Sem nenhuma consulta prévia ao Conselho Legislativo (chamado de LegCo), o Parlamento local de setenta cadeiras, o governo central reduziu a apenas um terço, em vez de metade, o número de conselheiros eleitos em votação direta, o que na prática inviabiliza a oposição. A reforma também prevê a criação de um comitê que examinará todas as candidaturas a cargos políticos, com poderes para barrar aqueles que considere ameaças à segurança nacional, críticos das autoridades de Pequim ou “insuficientemente patriotas”. A drástica mudança do sistema político foi adotada durante o encontro anual da Assembleia Nacional Popular (ANP), a poderosa máquina legislativa do Partido Comunista da China. Na assembleia anterior, em julho passado, os aliados de Xi Jinping assentaram o primeiro golpe na semiautonomia de Hong Kong, ao aprovar uma lei de segurança que prevê longas penas de prisão a qualquer atividade qualificável como “subversão ou sedição”. Resultado: do dia para a noite, os milhares de manifestantes que tomavam as ruas todos os fins de semana, enfrentando a brutal repressão policial, desapareceram tanto dos protestos quanto das redes sociais usadas para convocá-los,

Portanto, tomando como lições esses fatos analisados, devemos tomar um especial cuidado para não ceder demais às intenções chineses em detrimento de nosso próprio desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, além de manter um relacionamento aquecido com o restante do mundo de forma a não deixar que a China monopolize nossas interações comerciais.

Dessa forma, a pergunta fundamental desse trabalho que questiona quais os impactos para o Brasil em função da emergência da China a condição de superpotência no sistema internacional, pode ser respondida da seguinte forma: o Brasil possui um protagonismo maior no cenário sino hegemônico, recebendo proveitosos investimentos por parte da RPC e explorando uma relação econômica bastante vasta. Porém, aos moldes da própria China e dos EUA, um país desenvolvido deve ser primordialmente um país global, com uma boa variação de suas fontes de importação e exportação para não se manter refém de nenhum monopólio e, principalmente deve desenvolver seu setor de ciência e tecnologia além de dominar a produção de recursos estratégicos para não ser apenas um grande celeiro que sacia o apetite de dragões.

Bibliografia:

AGUILAR, Sergio. FAKHOURY, Renato. As Dinâmicas de cooperação militar no mar do sul da China. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, v. 25, n.1, 2019.

AS IMPRESSIONANTES ILHAS MILITARES CONSTRUÍDAS PELA CHINA EM TEMPO RECORDE. *BBC*. 18 dez 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42346330>. Acessado em: 18 jul. 2022

BARBIERI, Mariana Delgado. ZAGO, Lisandra, Modernização, incorporação e sobrevivência da população rural – o caso chinês pós 1978. *Caderno de ciências sociais da UFRPE*. Recife, v.01, n.16, 2020.

BARBOSA, Manuely P. et al. Nova Rota da Seda e a ascensão pacífica chinesa. *Neari em Revista*. v.02, n.02, 2016.

BASSO, Andressa Wagner. *Relações sino latino-americanas: uma análise dos interesses adjacentes à aproximação chinesa com a América Latina e implicações para a economia Brasileira*. 2016. 94 p. Tese (Relações Internacionais) – Curso de Graduação em Relações Internacionais - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BRAUN, Julia. Como o governo chinês calou as manifestações populares em Hong Kong. *Veja*. 9 abr 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-o-governo-chines-calou-as-manifestacoes-populares-em-hong-kong/> . Acessado em: 19 Set 2022.

CARIELLO, Tulio. *Investimentos Chineses no Brasil: 2021 um ano de retomada*. Conselho Empresarial Brasil-China. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/> . Acessado em: 18 Set 2022.

CHINA'S MILITARY POWER REPORT DETAILS ADVANCES,GOALS IN 2020. Departamento de Defesa dos Estados Unidos. 3 nov 2021. Disponível em:

<https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/2831998/china-military-power-report-details-advances-goals-in-2020/>. Acessado em 28 jul 2022

CHINA PUBLICA BIOGRAFIA OFICIAL DE DENG XIAOPING. Embaixada da República Popular da China no Brasil. 18 ago 2014. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cebr//por/szxw/t1183942.htm> (mfa.gov.cn). Acessado em 21 jul 2022

CLIFF, Roger. O Poderio Militar da China: avaliação de suas capacidades atuais e futuras. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2020.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. A China e seus interesses nacionais: algumas reflexões histórico-sociológicas. *Meridiano* 47. Junho, n.59, 2005.

DE MOURA, Isabella Mayer. Indústria de armas militares na China é a segunda maior no mundo. *Gazeta do Povo*. 28 jan 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/industria-armas-militares-china-segunda-maior-do-mundo/>. Acessado em 26 jul 2022.

ECKSTEIN, Harry. "Case study and theory in political science." *Case study method* (2000): 119-164.

ELLIS, R. Evan. A Ascensão da China nas Américas. *Military Review*. Kansas, Tomo 70, nº 01, 2015.

EMPRESAS CHINESAS INVESTEM U\$130 BI NA AMÉRICA LATINA EM DUAS DÉCADAS, DIZEM EUA. Estado de Minas Internacional. 31 mar 2022. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/03/31/interna_internacional,1357013/empresas-chinesas-investiram-us-130-bi-na-america-latina-em-duas-decadas.shtml. Acessado em 20 jul 2022.

ESTEVES, Paulo et al. Os BRICS, a cooperação para o desenvolvimento e a presença chinesa na África. *Carta Internacional*. v.06, n.02, 2011.

FILHO, Severino Cabral et al. *China, o gigante do século XXI: Influências, Perspectivas e Desafios no Mundo em Transformação*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2009.

HEILMANN, Sebastian. *China's Political System*. 1ª Edição. Maryland: Rowman & Littlefield, 2016

MING, Zhang Hong. *A Política chinesa na África. Abrindo os olhos para a China*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Educam, 2004.

NIU, Haibin. A grande estratégia chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: PUC, v. 35, n. 01, 2013.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

NEWSHAM, Grant. U.S. Should Stop Downplaying the Potential of China's Marine Corps. 3 nov 2021. Disponível em: <https://japan-forward.com/u-s-should-stop-downplaying-the-potential-of-chinas-marine-corps> Acessado em: 18 jul. 2022

NUNES, Felipe Matias. *A Estratégia Naval da China no Século XXI*. 2020. 64p.

PADILHA, Maria Fernanda F.G. LIMA, João Policarpo Rodrigues. China: análise da inserção competitiva de um modelo socialista associado a mecanismos de mercado. *Análise econômica*. Porto Alegre, ano 25, n. 47. 2007

PADULA, Raphael. FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. O Mar do Sul da China: seu valor estratégico e a geoestratégia chinesa. *Revista Sociedade e Cultura*. v.23: e59790. 2020

PAUTASSO, Diego. A Nova Rota da Seda e seus desafios securitários: os Estados Unidos e a contenção do eixo Sino-Russo. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, v.7, n. 2. 2019.

PINOTTI, Talita de Mello. As relações entre China e Vietnã no Mar do Sul da China: Perspectiva Asiática em Análise. 2015. 119p.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A diversidade dos interesses geopolíticos no Mar do Sul da China. *Revista Intellector*. Rio de Janeiro, ano 14, v. 16, n. 30, 2018.

YAMAGUCHI, Shinji. Strategies of China's Maritime Actors in the South China Sea

SABER, Nadya. China's economic outlook in six charts. *IMF*. 26 jul 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/07/25/na072618-chinas-economic-outlook-in-six-charts>. Acessado em 22 jul 2022

SANTOS, Chico. Diversificar parcerias é receita para superar síndrome da China. *Valor Econômico*. 15 Set. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2022/09/15/diversificar-parcerias-e-receita-para-superar-sindrome-da-china.ghtml> . Acessado em 18 Set 2022.

SANTOS, Wagner. Um mar de problemas: interesses estratégicos e a luta pelo poder no Mar do Sul da China. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v.4, n.1, 2017.

SMINK, Veronica. A China é comunista ou capitalista? *BBC*. 01 Out 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49877815>. Acessado em: 24 jul 2022.

SPYKMAN, Nicolas J. *America's strategy in world politics*. 1ª Edição. Nova Iorque: Routledge. 2007.

SPYKMAN, Nicolas J. *The Geography of peace*. 1ª Edição. Nova Iorque: Harcourt, Brace and company, inc, 1944.

TERRA, Rodrigo da Silva. *O papel das Forças Armadas da China no atual cenário de rivalidades entre potências na região Ásia-Pacífico*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Militares com ênfase em Defesa Nacional – Curso de Ciências Militares – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

VIEIRA, Yury Fontão. O Crescimento das importações da China entre os anos de 1993 e 2003. *SOMANLU: Revista de estudos amazônicos*. Manaus, Ano 20, n.1, 2020.